



**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós Graduação em Educação**

ROSA EMÍLIA SOUZA DA SILVA SOARES

**A PROPOSTA SOCIOLÓGICA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE SUAS INCIDÊNCIAS NO LIVRO
DIDÁTICO SOCIOLOGIA HOJE**

Paranáíba-MS
2019

ROSA EMÍLIA SOUZA DA SILVA SOARES

**A PROPOSTA SOCIOLÓGICA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE SUAS INCIDÊNCIAS NO LIVRO DIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Unidade Paranaíba, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, linguagem e sociedade.
Linha: Linguagem, Educação e Sociedade.

Orientador: Dr. Carlos Eduardo França.

Paranaíba-MS
2019

S656p Soares, Rosa Emília Souza da Silva

A proposta sociológica de Florestan Fernandes: uma investigação sobre suas incidências no livro didático/Rosa Emília Souza da Silva Soares. -- Paranaíba, MS: UEMS, 2019.

96f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo França.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Educação. 2. Ensino de Sociologia. 3. Livro didático. I. Soares, Rosa Emília Souza da Silva. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 301

ROSA EMÍLIA SOUZA SOARES

**A PROPOSTA SOCIOLÓGICA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA INVESTIGAÇÃO
SOBRE SUAS INCIDÊNCIAS NO LIVRO DIDÁTICO SOCIOLOGIA HOJE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 28 de janeiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo França
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. José Antônio de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Ao meu amado esposo Paulo Rogério, meu companheiro em todos os momentos. Pelo incentivo, apoio e compreensão diante da minha ausência do convívio familiar, durante os dias e as exaustivas madrugadas de estudo.

Aos meus filhos Paulo Mateus, Laura Emília, minha nora Roseane e minha mamãe Maria. Por compreenderem a minha fragilidade nos momentos de ansiedade e incertezas, muito comuns para quem está buscando novos caminhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois, por meio da minha fé posso sentir sua proteção e cuidado.

Ao meu papai (*in memoriam*), pela educação humana, carinhosa, protetora e justa que recebi. Sei que se estivesse junto de nós, estaria se realizando através da minha conquista.

À minha mamãe Marieta, por todas as vezes que disse: –eu não sei ajuda-la, mas vou interceder a Deus que lhe dê sabedoria.

Ao meu companheiro Paulo Rogério, que com suas poucas e sábias palavras, sempre me incentiva, me consola e me anima a prosseguir nessa jornada.

Agradeço ao meu filho amado Paulo Mateus, pelo apoio e incentivo. Lembro-me bem de suas palavras quando reiniciei meus estudos: –não pare de estudar mamãe, você é uma ótima professoral. Filho querido, gratidão por acreditar em minha capacidade.

À minha filha Laura Emília, o meu cuidado e proteção de mãe me levaram de volta aos estudos, como pretexto para acompanhá-la no transporte escolar, no percurso da fazenda até a cidade. Portanto, digo que você é a maior responsável por essa formação. Obrigada por ser tão compreensiva comigo, filha minha.

À minha nora Roseane, a quem prefiro chamar de –minha melhor amiga. Agradeço pelo cuidado que tens comigo. A sua serenidade, humildade e meiguice, me transmitem muita paz.

Agradeço à Elena, que chegou no momento mais triste e frágil de minha vida, trazendo forças para que eu conseguisse finalizar esse trabalho. Minha netinha querida, essa frase descreve o que senti quando você nasceu: —Você chegou quando a dor mais doía, acho que foi Deus que te enviou para enxugar o meu pranto.¶

Agradeço à minha família, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas. Vocês são as minhas bases de luta e perseverança nessa caminhada. Agradeço à minha irmã Ângela Maria, que por vezes se prestou a função de leitora e ouvinte crítica dos meus trabalhos acadêmicos.

Agradeço aos amigos da turma 2016 do mestrado em Educação, pessoas maravilhosas. Inicialmente éramos colegas, por fim, formamos uma grande família.

Agradeço especialmente minha amiga Lais Tosta, mulher forte e doce, sua amizade foi um grande presente que o mestrado me proporcionou. Aos meus amigos queridos, Ebersson Frederice e Danilo Alves. Pela prontidão e companheirismo em todos os momentos. Sempre ouvintes e ajudadores, meus irmãos do coração.

Aos professores do programa de mestrado em Educação que sempre me ajudaram, sanando dúvidas, apoiando nesta caminhada e compartilhando seus conhecimentos. Vocês realmente fizeram diferença em minha vida.

Ao meu orientador Professor Carlos Eduardo, a realização desse trabalho não seria possível sem a sua contribuição, agradeço imensamente.

-... eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi através das duras lições de vida (FLORESTAN FERNANDES)

RESUMO

A presente pesquisa foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculada à linha de pesquisa –Linguagem, educação e sociedade". Realizou-se uma análise das incidências da sociologia crítica proposta por Florestan Fernandes nos documentos oficiais e na produção do material didático (PNLD - Plano Nacional do Livro Didático) de Sociologia aprovado pelas instituições governamentais vinculadas ao MEC, após a reinserção da disciplina de Sociologia como obrigatória na Educação Básica, com a Lei nº 11.684/08. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentamos a vida e obra de Florestan, bem como os autores que abordaram a questão do ensino de Sociologia no Brasil. Além disso, analisamos o diálogo existente entre Florestan Fernandes e seus interlocutores sobre a inserção da disciplina de Sociologia na Educação brasileira. Ressaltamos que a militância e atuação política de Florestan Fernandes contribuíram para que os livros didáticos eleitos pelo o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) recebessem influência da sociologia crítica proposta pelo autor. Para melhor entender a atuação política de Florestan Fernandes, analisamos dois livros fundamentais: –Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina e –A Revolução Burguesa no Brasil. Consideramos a análise dessas obras de grande importância para entendermos a influência que elas exerceram nas reflexões sociológicas e na militância de Florestan Fernandes no campo da educação. Apesar de pertencerem a um determinado contexto histórico, a partir da leitura dessas obras, emergem olhares, levantamentos e reflexos atuais para a educação na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação; Disciplina de Sociologia; Livro didático.

ABSTRACT

This research was presented to the Graduate Program in Education of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), University Unit of Paranaíba, linked to the research line -Language, education and society. of the critical sociology proposed by Florestan Fernandes in the official documents and in the production of the Sociology didactic material (PNLD - National Textbook Plan) approved by the governmental institutions linked to the MEC, after the reinsertion of the Sociology discipline as compulsory in Basic Education, with the Law No. 11,684 / 08. Through a bibliographic research, we present the life and work of Florestan, as well as the authors who addressed the issue of teaching sociology in Brazil, and analyzed the dialogue between Florestan Fernandes and his interlocutors. the insertion of the discipline of Sociology in Brazilian Education. Florestan Fernandes' political actions contributed to the fact that the textbooks elected by the National Textbook Plan (PNLD) were influenced by the critical sociology proposed by the author. To better understand the political performance of Florestan Fernandes, we analyzed two fundamental books: -Dependent Capitalism and Social Classes in Latin America and -The Bourgeois Revolution in Brazil. We consider the analysis of these works of great importance to understand their influence on the sociological reflections and the activism of Florestan Fernandes in the field of education. Although they belong to a certain historical context, from the reading of these works, current views, surveys and reflections emerge for education in contemporary society.

Keywords: Education; Sociology Discipline; Textbook.

SIGLAS

USP-Universidade de São Paulo

PT- Partido dos Trabalhadores

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CNE- Conselho Nacional da Educação

PNLD- Plano Nacional do Livro Didático

CF- Constituição Federal

PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD/ EM- Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

MEC- Ministério da Educação

FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

PAR- Plano de Ações Articuladas

DCNEB- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

EM- Ensino Médio

FIGURAS

Figura 1- Capa da Obra de Florestan Fernandes: A Organização Social dos Tupinambás, 1949 e A função Social da Guerra na sociedade tupinambá.

Figura 2- Capa do Obra de Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes de Florestan Fernandes.

Figura 3- Florestan Fernandes Deputado Federal constituinte em 1988. Florestan posa com a bancada do PT, ladeado por Plínio de A. Sampaio e Olívio Dutra.

Figura 4- Florestan Fernandes no Congresso em defesa da Educação de qualidade, pública e gratuita, 1987-1991.

Figura 5- Florestan Fernandes em manifestação em frente ao Congresso Nacional durante a Constituinte de 1988.

Figura 6- Quadro de Investimentos Diretos e Lucros Norte- Americanos

Figura 7- Livro didáticos de Sociologia aprovados no PNLD/2015.

Figura 8- Livro Didático Sociologia Hoje. 2013.

Figura 9- Charge apresentada no Livro Didático Sociologia para os alunos refletirem sobre a superexploração do trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
I. FLORESTAN FERNANDES E O PROCESSO DE SUA DEFESA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA.....	Erro! Indicador não definido.
1 Florestan Fernandes: Vida e Obra.....	18
1.2 Vida Política.....	26
1.3 A Educação Pública e Gratuita: a militância e as contribuições de Florestan Fernandes	28
1.4 A Sociologia de Florestan Fernandes	33
1.5 A figura do Professor e Cientista segundo Florestan Fernandes	38
II. FLORESTAN FERNANDES: CAPITALISMO DEPENDENTE E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOLOGICOS PARA A EDUCAÇÃO	43
2 O CAPITALISMO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO BURGUESA.....	43
2.2 SOCIEDADE DE CLASSES E O BURGUEÊS: INFLUÊNCIA COLONIAL....	48
2.3 CAPITALISMO DEPENDENTE E OS REFLEXOS SOBRE AS SOCIEDADES	53
2.4 AS CLASSES E O PROBLEMA DE INTERPRETAÇÃO	65
III- A INFLUÊNCIA DE FLORESTAN FERNANDES NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA INTITULADO SOCIOLOGIA HOJE	69
3 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO	69
3.2 A Inserção da Sociologia como disciplina e os Livros Didáticos	73
3.3 O livro didático Sociologia Hoje utilizado no município de Paranaíba-MS. .	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	92

INTRODUÇÃO

Considerando o momento de fragilidade em que se encontra a disciplina de Sociologia nos currículos educacionais brasileiros, articularemos a trajetória desta disciplina desde a sua institucionalização, bem como suas diversas funções e intermitências no contexto educacional brasileiro, à crítica inaugurada no Brasil em 1950, por Florestan Fernandes. Nesse contexto, a proposição de uma sociologia crítica apresentada por Florestan Fernandes chama a atenção, principalmente se for observada diante às diferentes situações que a disciplina enfrenta nos dias atuais na educação básica.

Na proposta das Orientações Curriculares (2008) para o ensino médio, a disciplina de Sociologia está relacionada com a prática da cidadania, cujo principal papel é causar estranhamento a determinados aspectos sociais, uma vez que são cotidianamente naturalizados. Dessa forma, a Sociologia procura instrumentalizar o educando, a fim de que possa exercitar a sua reflexão mediante uso de argumentos provenientes de conceitos sociológicos.

Portanto, o presente trabalho analisa as influências da Sociologia crítica proposta por Florestan Fernandes nos documentos oficiais e materiais didáticos (PNLD de Sociologia) aprovados pelas instituições governamentais vinculadas ao MEC, após a reinserção da disciplina de Sociologia como obrigatória na Educação Básica, a partir da Lei nº 11.684/08.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é observar se a propositura de Florestan Fernandes concernente à aplicação da sociologia crítica como disciplina escolar se efetiva por meio do livro didático. Dito de outra forma, o presente estudo objetiva examinar se a sociologia pensada por Florestan Fernandes influenciou na produção do conteúdo do livro didático, e se produz incidências nas discussões de temas presentes no livro didático –Sociologia Hojell dos autores Henrique Amorim, Igor Renó e Celso Rocha (2015), publicado pela editora Ática. E como objetivo específico busca elucidar a influência do livro didático na educação básica, bem como na disciplina de Sociologia.

A problemática da presente pesquisa funda-se na (in)eficácia da Sociologia como disciplina, os principais pontos apresentados no livro didático, e a influência da sociologia crítica de Florestan Fernandes no conteúdo do livro didático.

Essa pesquisa justifica-se a partir da importância da disciplina de Sociologia, tanto no que concerne à proposta das Orientações Curriculares para o Ensino Médio, e

principalmente no que se refere à sociologia de Florestan Fernandes. Ambas as propostas abordam a relevância de ministrar a disciplina de forma coerente, a partir das vivências e existências sociais dos alunos. Por outro lado, observa-se que a disciplina de Sociologia atravessa um momento de fragilidade no contexto educacional brasileiro. Diante disso, torna-se relevante investigar se há evidências da sociologia crítica pensada por Florestan Fernandes no conteúdo do livro didático –Sociologia Hojell (2015).

Escolheu-se para o desenvolvimento do presente trabalho o método dialético a partir de uma pesquisa qualitativa, cujos fatos não podem ser considerados fora de um contexto social. As contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções, que para tanto necessitam das análises de artigos de sites de pesquisas científicas como Scielo, com destaque a algumas palavras-chave: livro didático, Florestan Fernandes. Utilizou-se também alguns artigos e livros dos quais foram feitos fichamentos:

–Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina e –A Revolução Burguesa no Brasil (Florestan Fernandes), sendo estes apontados com mais detalhes logo abaixo, a fim de promover um diálogo entre os materiais e autores.

É inegável que a importância de uma pesquisa reside em responder às indagações do pesquisador, como também em fornecer material científico para contribuir com outras pesquisas no âmbito acadêmico. Porém, antes de aprofundar na Introdução, torna-se necessário recuar um pouco para compreendermos as indagações que inicialmente direcionaram esse trabalho.

A presente pesquisa retrata em seu contexto inquietações surgidas no período em que a pesquisadora cursou o Ensino Médio, e assim, observar o descaso ou desconhecimento dos educandos ao ensino de Sociologia. Notou-se também uma perceptível fragilidade da referida disciplina na instituição de ensino. Já na graduação, a leitura de alguns escritos de Florestan Fernandes possibilitou uma melhor compreensão em relação a visão sociológica do autor.

Os estudos de Florestan Fernandes não se limitam em apenas transmitir conceitos sociológicos, mas sim, em transmitir a ideia de que a disciplina de Sociologia ministrada em sala de aula deveria incitar nos estudantes a consciência de interpretar os dilemas sociais e educacionais brasileiros, como também possibilitar modos de interpretar as relações sociais. Tal entendimento possibilita outra forma de olhar a educação, visto que esta deve ser analisada para além das instituições escolares. Para tanto, faz-se necessário

compreender os processos sócio-históricos que permeiam as relações no ambiente educacional, devendo o educando ser preparado para o convívio e relações em sociedade.

Em consonância, seguem às questões que conduziram os objetivos deste estudo: Por que a disciplina de Sociologia não recebe a devida importância no âmbito educacional? Por que existe um descaso ou um desconhecimento da disciplina por parte dos alunos do Ensino Médio? E por fim, a questão principal para direcionar esse trabalho: A sociologia crítica pensada por Florestan Fernandes, como possibilidade de reflexão e desnaturalização dos processos naturalizados socialmente, influenciou os conteúdos presentes atualmente no material livro didático de sociologia?

De acordo com Florestan Fernandes, fundador da proposta da sociologia crítica no Brasil, o homem precisa conhecer e refletir sobre os problemas sociais e educacionais do país, para que haja uma integração social. Nesse sentido, a disciplina de Sociologia é fundamental para a conscientização do indivíduo, devendo ser ministrada não apenas em termos de conceitos sociológicos, mas incitando concepções interpretativas nos educandos. (FERNANDES, 1976 apud SANTOS, 2009)

Entretanto, nota-se que a proposta de Florestan Fernandes da sociologia crítica e reflexiva, utilizada como mecanismo de emancipação do indivíduo, bem como as lutas dos vários grupos em busca da legalização dessa disciplina na educação brasileira, defronta em vários momentos com situações de recontextualização e reorganização da referida disciplina. Embora tenha sido institucionalizada, está inserida num processo educacional que frequentemente a exclui.

As obras de Florestan Fernandes se apresentam como uma materialidade inscrita num contexto próprio. Os olhares que emergem a partir de suas leituras, indicam que se trata de reflexões que nos auxiliam a entender a sociedade brasileira contemporânea, tendo em vista o caráter multifacetado do autor que percorreu caminhos distintos entre produção acadêmica, militância e atuação política, além do fato da sua história de vida ter possibilitado uma intensa formação humana e social. Dessa forma, torna-se importante ressaltar que as árduas lições da vida contribuíram para a formação de Florestan, haja vista seu aprendizado ter iniciado aos seis anos de idade como forma de sobrevivência. Afirmou não ser o sociólogo que é sem a dura socialização que a vida o impôs.

Florestan Fernandes produziu uma vasta obra de trabalhos que versam sobre temáticas diferentes, porém, na maioria deles empenhou-se em analisar e interpretar a realidade da sociedade brasileira, sendo o tema –Educação‖ muito utilizado em seus

escritos. Entretanto, a visão de educação presente nos trabalhos de Florestan Fernandes expressa explicação sociológica, fornecendo um prisma analítico para compreender o dilema educacional brasileiro.

De fato, ressalta-se que cada texto é produzido a partir de um contexto, todavia, a visão de Florestan Fernandes permanece atual em nossa sociedade por abordar assuntos que se articulam desde os processos de colonização, formação e constituição da sociedade brasileira em classes, desenvolvimento do capitalismo no Brasil, situação dos negros na sociedade de classes, a questão cultural, folclore, sociedade indígena, entre outros.

Torna-se praticamente impossível refletir sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais brasileiros, sem recorrer aos temas que Florestan Fernandes fez questão de eleger como fundamentais para a sua análise sociológica. Tal teórico aborda constantemente sobre o tema educação, principalmente entre as décadas de 1940 a 1960, sendo evidente sua preocupação em pesquisar e escrever sobre esse assunto, já que não se trata apenas de uma preocupação ocasional e infundada, e sim, de um tema prioritário ao que concerne à pesquisa sociológica, entendendo-a como uma possibilidade de mudanças.

O primeiro capítulo retrata a vida e obra de Florestan Fernandes e sua luta incessante pela educação gratuita e de qualidade. A trajetória de vida e ideais desse teórico foram marcadas pela segregação de classe e preconceito, visto que pertencia a uma família pobre. O autor afirma que experimentou os tratamentos preconceituosos que os negros recebiam, pois dizia se considerar -cria da casall por ser filho de empregada doméstica e morar junto com os patrões de sua mãe. Essa árdua experiência incitou em Florestan Fernandes um sentimento de luta por sua emancipação intelectual e social. Em sua vida adulta abraçou a luta pela educação de qualidade e gratuita, foi militante pelas causas da classe trabalhadora, e perseguido pelo Golpe Militar de 1964, momento no qual foi defensor dos alunos da USP. Lutou pelos trabalhadores do ABC Paulista por acreditar que a educação para os trabalhadores deveria ser diferenciada por serem menos favorecidos. Por meio do Partido dos Trabalhadores ocupou uma cadeira como Deputado Federal pelo estado de São Paulo, ocasião em que pôde propor ideias sobre a educação -livrell. De diversas formas é possível verificar que Florestan Fernandes foi um pensador importante no campo da sociologia crítica como disciplina no Brasil.

No segundo capítulo abordou-se partes de duas obras de Florestan Fernandes: *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1981) e *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), a fim de fomentar a ideia de como a sociologia/educação surge

através da sociedade em que Florestan mostra nos ensaios –Florestan Fernandes: Capitalismo Dependente e Revolução Burguesa; –Aspectos Sociológicos para a educação. Nesse contexto, Florestan Fernandes aponta o capitalismo dependente como base para a burguesia se firmar e continuar a segregação das classes, inferiorizando o pobre e o negro, de forma a –escraviza-los usando apenas outra nomenclatura. Acredita ainda que o capitalismo dependente reflete na sociedade até os dias atuais e perpetua o desequilíbrio (desigualdade), como o privilegiado ainda se perdura na sociedade, e o domínio político de uma classe em detrimento de outra, já que no Brasil o conceito histórico de colonialismo ainda permanece antidemocrático.

O terceiro capítulo analisa as propostas de Florestan Fernandes por meio do Livro Didático trabalhado no Ensino Médio. Nesse capítulo utilizou-se como fonte de análise o Livro didático –Sociologia Hojell, intencionando observar as principais obras de Florestan Fernandes presentes nesse livro, a fim de elucidar as incidências presentes no conteúdo desse livro didático a partir das influências da visão sociológica de Florestan Fernandes.

I. FLORESTAN FERNANDES E O PROCESSO DE SUA DEFESA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA

Nesta seção serão abordados tópicos relacionados à trajetória de vida a partir de pesquisas bibliográficas, ao pensamento de Florestan Fernandes e sua luta em defesa de uma educação de qualidade como elemento crucial para a transição da educação.

Na primeira subseção apresentamos a história de vida do sociólogo, apontando o quanto a sua trajetória pessoal deixou marcas na formação do intelectual que se tornou. Essas influências são observadas em seus escritos e, principalmente, em sua constante luta pela busca de justiça social. Destacam-se também, as dificuldades enfrentadas por Florestan Fernandes para ingressar e permanecer na faculdade, e sua militância como Deputado Federal, cuja luta estava voltada para que o professor fosse um mentor e condutor da nova formação social.

1. Florestan Fernandes: Vida e Obra

Escrever sobre Florestan Fernandes não é uma tarefa fácil, pois além da sua contribuição para a sociologia brasileira, é necessário ressaltar sua atuação e militância em *prol* da democracia, a luta pela escola pública de qualidade e, principalmente, a vasta obra intelectual desse grande cientista social. A carreira de Florestan Fernandes deixa marcos importante para o desenvolvimento da educação brasileira. Foi sociólogo, professor, político e é considerado mentor da sociologia crítica brasileira. Além disso, foi Deputado Federal por dois mandatos, afiliado ao Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, antes de apresentarmos a contribuição intelectual de Florestan Fernandes, é necessário resgatarmos um breve panorama de sua vida pessoal, pois conforme relato pessoal: -inicieei minha aprendizagem aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi através das duras lições de vida (FERNANDES, 1977, p. 142).

Diante dessa afirmação, é possível observar que sua origem e condição de vida guardam estreitas relações com o intelectual multifacetado que se tornou. Florestan

Fernandes é filho de Maria Fernandes, integrante de uma família portuguesa, e moradora de Minho¹. Imigrou para trabalhar nas lavouras de café do interior de São Paulo.

Florestan nasceu em 22 de julho de 1920, na cidade de São Paulo. Foi criado por sua madrinha Hermíria Bresser de Lima. Como era filho de mãe solteira, enfrentou dificuldades de toda ordem. Com seis anos de idade já ajudava a família com o pouco dinheiro que ganhava, prestando alguns serviços aos barbeiros da região em que morava. Um pouco mais tarde, já com catorze anos de idade, era praticamente de sua total responsabilidade manter a alimentação da família.

Florestan Fernandes não aceitava aquela vida que levava como única forma de sobrevivência. Percebia o descaso do estado com as classes menos favorecidas, observava também que a sociedade marginalizava-os, expressando preconceito em vários sentidos, já que sofrera opressão até pelo nome que recebera. Sua madrinha chamava-o de Vicente, por não aceitar que o filho de uma empregada doméstica recebesse um nome alemão, por isso, sua família, assim, também o chamara, haja vista o estranhamento em relação ao seu nome de registro, já que o nome Florestan Fernandes não era comum à realidade que viviam (ALVES, 2013, p. 96).

Aos dezessete anos de idade decidiu morar sozinho, e retornou à escola intencionando priorizar sua vida intelectual. A escolha pelo curso de madureza² tinha o objetivo de adiantar os seus estudos que haviam sido interrompidos. Estudou assiduamente e foi aceito pela Universidade de São Paulo (USP), destacando-se entre os demais alunos. Além disso, fez curso de tiro e datilografia, típicos cursos de destaque na época.

Cardoso (1996) afirmava que Florestan Fernandes era um ilustre sociólogo, cheio de ideais humanistas:

¹ O Minho é uma antiga *província* (ou *região natural*) portuguesa, formalmente instituída por uma reforma administrativa (1936). No entanto, as províncias nunca tiveram qualquer atribuição prática, e desapareceram do vocabulário administrativo (ainda que não do vocabulário cotidiano dos portugueses) com a entrada em vigor da Constituição de 1976. É desta região que vieram a maior parte dos portugueses que colonizaram o Brasil a partir do século XVIII. Limitava a Norte e a Nordeste com a Galiza, na Espanha (províncias de Pontevedra e Ourense, respectivamente), a Este com Trás-os-Montes e Alto Douro, a Sul com o Douro Litoral e a Oeste com o Oceano Atlântico (Associação Comercial e Industrial de Barcelos, 2010).

² Nome do curso de educação de jovens e adultos – e também do exame final de aprovação do curso – que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. Fixava em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial. Exigia, porém, um prazo de dois a três anos para a sua conclusão em cada ciclo, exigência essa abolida posteriormente pelo Decreto-Lei n° 709/69. Isso ocorreu porque a clientela dos exames de madureza era formada, na sua maioria, de autodidatas que tentavam suprir a formação escolar dentro de suas próprias condições de vida e de trabalho. Para estas pessoas somente o exame interessava (MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Madureza. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001, p.09).

O Florestan dos anos 40 é o da construção do saber, que ao construir o seu, constrói a possibilidade do saber aos outros. O Florestan dos anos 50 é o que começa a se apaixonar pela aplicação do saber ao mundo, porque tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-los para compreender os problemas do mundo. O terceiro momento é o do Florestan que tendo aplicado o saber a compreensão do mundo, o transforma numa arma de combate (p. 33).

No que diz respeito ao contexto econômico e social, a cidade de São Paulo encontrava-se em processo de urbanização devido ao enriquecimento proporcionado pela exportação do café. Florestan Fernandes nasceu na casa de uma família da elite paulista, onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica. Não é por acaso que a formação pessoal de Florestan Fernandes marcou profundamente o caráter e o comportamento do grande intelectual que se formou. Conhecer o estilo de vida das famílias abastadas, ou seja, -ser cria da casa, como ele mesmo se denominava, possibilitou experimentar o paternalismo branco. Tal convívio despertou a rejeição de Florestan aos tratamentos opressores e indignos sofridos pela classe trabalhadora, ao passo que suscitou o anseio de lutar em busca de mudanças sociais para aceitação do negro na sociedade, como as pessoas detentoras de direitos por fazerem parte de um segmento social que não tinha os mesmos benefícios que os brancos, fazendo com que a sobrevivência fosse muito difícil.

A origem familiar e social de Florestan Fernandes impossibilitou que ingressasse em cursos como o de Direito ou Medicina, uma vez que era destituído de poder econômico para custear seus estudos. Sendo assim, o curso de Ciências Sociais reunia todas as possibilidades de romper os entraves sociais e econômicos enfrentados por ele.

Durante o tempo que Florestan Fernandes estava na Faculdade, a sociedade brasileira atravessava um período de grandes mudanças nos aspectos políticos, econômicos e sociais instaurados pelo Estado Novo³. Fernandes escolheu o curso de Ciências Sociais, porém, a didática utilizada era bastante diferente dos dias atuais. Os princípios, convicções e conteúdo ofertados no curso de Ciências Sociais não eram abrangentes, pois não possibilitavam uma reflexão crítica e reflexiva dos diversos aspectos sociais, além do fato dos manuais não serem aceitos pela maioria dos professores.

3.A diretiva do Estado Novo foi a de criar os representantes operários por meio de sindicatos tutelados pelo Estado, o que se dizia -sindicato pelego, responsável por desmobilizar os segmentos de esquerda e as organizações operárias mais combativas que se articulavam contra a classe dominante e o projeto de Estado pós-1930 (FRANÇA, C. E., p. 634-653, 2016).

A obra de Florestan Fernandes abrange questões teóricas e históricas. Trata-se de um trabalho vasto que em sua multiplicidade perpassa temas relacionados à educação pública, bem como questões referentes ao compromisso do cientista social. A sociologia proposta por Fernandes propõe uma nova forma de reflexão sobre as mudanças e os movimentos sociais. Esse novo modelo de pensamento provoca a conhecer o passado para entender o presente, a fim de compreender o surgimento de um novo período para a sociologia brasileira. Pela mesma esteira de ideias, Ianni (1986, p. 46) arrazoa que -Florestan Fernandes é o fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As obras de Fernandes abordam as relações raciais no Brasil, instigando a questionar a situação dessa atualidade social, além disso, seus trabalhos trazem uma perspectiva de reflexão sobre o incômodo na indução na sociologia, ou seja, a dificuldade que se enfrentava ao tentar abrir outros horizontes sobre como a sociologia poderia ser vista. Nessas obras o autor apresenta temas importantíssimos da história do Brasil e da América Latina. Dentre eles, a questão da escravidão, a situação indígena, educação, revoluções burguesas e socialistas, cultura e vários outros. Tais escritos fornecem conhecimentos sobre a circunstância real e histórica de reconstituição da atualidade. Dessa maneira, pode-se dizer que o desconforto que Florestan Fernandes sente em relação à teoria sociológica clássica refere-se à interpretação histórica.

É claro que as contribuições teóricas dos clássicos tiveram desenvolvimentos diversos, às vezes notáveis. Além disso, têm surgido outras e novas propostas teóricas: fenomenologia, existencialismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo, hiperempirismo dialético, teorias de alcance médio, teorias sistêmicas e assim por diante. Mas talvez seja possível afirmar que todas as mais notáveis contribuições teóricas posteriores aos clássicos guardam algum, ou muito, compromisso com eles. A sociologia é uma forma de apropriação e constituição do mundo social gerada por dissolução da comunidade, emergência da sociedade burguesa, dinâmica de uma sociedade fundada nas desigualdades social, econômica, política e cultural (IANNI, 1986, p. 03).

Florestan Fernandes propõe uma observação sociológica bastante ampla sobre a diversidade da composição social e suas desigualdades. No Brasil observa-se a visão das pessoas sobre a segmentação, visto o fato de a sociedade ser dividida entre elite e o restante da sociedade, sendo essa a evidência proposta pela sociologia de Florestan Fernandes, a segregação de valores: -Quando o homem torna-se ser social começa o processo de sociabilidade e essa interação social é o fenômeno básico de investigação sociológica (SOARES, 2015, p. 25).

Integrados a um novo projeto educacional⁴, intelectuais como Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, buscavam a democratização da educação, elevando a sociologia como mecanismo de emancipação do homem, uma vez que possibilitaria a compreensão dos processos históricos da sociedade.

Nos trabalhos elaborados por Florestan Fernandes, o aspecto educacional brasileiro é considerado como um sistema favorável a alguns, isto é, privilegia apenas uma classe social, pois se trata de uma educação proveniente de uma sociedade patriarcal baseada em aspectos religiosos, configurando um entrave ao desenvolvimento social. Dessa maneira, enquanto a educação não se converte em objetiva e subjetiva, torna-se praticamente um problema social, já que os homens não lutam socialmente por ela, nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social (FERNANDES, 1976, p. 113).

Florestan Fernandes compartilhava dos ideais defendidos por Fernando Azevedo, mas enfatizava a permanência do cientista social no âmbito escolar pelo fato desse profissional estar apto a analisar, e conseqüentemente, interferir nos processos educacionais brasileiros. Dessa forma, a educação tem que ser pensada para além das instituições escolares, compreendendo todos os processos sócio-históricos que permeiam as relações no ambiente educacional, a fim de preparar os alunos para o convívio social.

Para Fernandes (1976), a sociologia deveria promover aos educandos, ainda em sala de aula, a consciência de interpretar os dilemas sociais e educacionais do país. Assim, caberia ao educador repassar aos alunos, formas de interpretar as relações sociais estabelecidas, e não somente transmitir conceitos sociológicos.

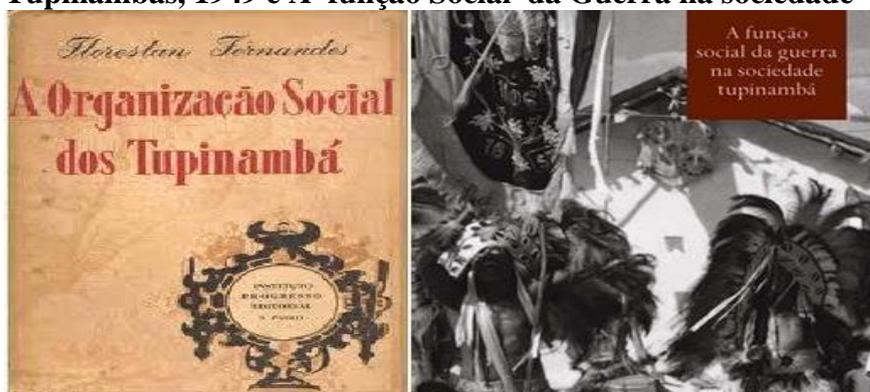
Dentre as obras marcantes da vida do autor, a *-Organização Social dos Tupinambás* proporcionou-lhe o título de mestre, pela USP de São Paulo em 1949. Tal pesquisa teve como resultado final a desconstrução da imagem do índio como um homem não afeito ao trabalho, formadores de uma sociedade sem leis, sem fé, amantes da promiscuidade, enfim, uma sociedade onde tudo era permitido. Dessa forma o desfecho dessa obra provou que os tupinambás possui uma cultura à sua forma. O material adquirido para a produção da dissertação sobre a sociedade Tupinambá era tão vasto, que possibilitou uma continuação dessa pesquisa para a produção da tese de doutorado do autor. Dessa vez, Florestan Fernandes produziu a obra denominada *-A função social da guerra na sociedade*

⁴Esse novo projeto educacional, também conhecido como Escola Nova, foi um movimento de renovação do ensino impulsionado por intelectuais Anízio Teixeira, Florestan Fernandes e Fernando Azevedo, entre outros, que almejavam a democratização da educação (CARDOSO, 1996).

Tupinambá (1951). A grandeza desse trabalho conferiu-lhe o título de obra clássica da etnologia do Brasil.

Em 1945, trabalhou como assistente do professor Fernando de Azevedo, na cadeira de Sociologia II, na Escola Livre de Sociologia e Política, com a dissertação "A Organização Social dos Tupinambá" (1949), obteve o título de mestre. Em 1951, defendeu na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a tese de doutoramento denominada "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá", posteriormente, consagrada como clássico da etnologia brasileira. Em 1964, foi afastado das atividades acadêmicas por ser perseguido pela ditadura militar brasileira. Nesse mesmo ano escreveu "A Integração do Negro nas Sociedades de Classe". Com relação ao processo de dependência da América Latina aos Estados Unidos, escreveu o livro "Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina" (1973). Outro livro importante foi –A Revolução Burguesa no Brasil (1975), que abordava questões sobre a resistência que a classe dominante brasileira tinha às mudanças sociais (IANNI, 2010, p. 03).

Figura 1 - Capa da Obra de Florestan Fernandes: A Organização Social dos Tupinambá, 1949 e A função Social da Guerra na sociedade tupinambá.

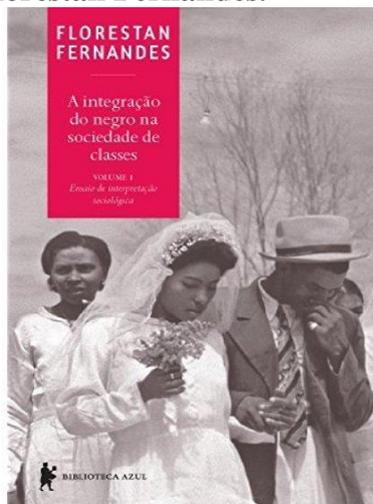


Fonte: Scielo, 2015.

Nas obras citadas acima, Florestan Fernandes visitou várias regiões geográficas intencionando fazer uma análise comparativa de primeira mão, sem influência de nenhuma outra fonte.

Outra importante obra escrita por Florestan Fernandes é –A integração do negro na sociedade de classes, publicada em 1964, período em que esteve afastado das atividades acadêmicas devido a restrições impostas pela ditadura militar brasileira. Nesse trabalho, o autor busca a desconstrução acerca do mito da democracia racial brasileira, após observar diversos dados referentes à população negra do início do século XX.

Figura 2. Capa da Obra de Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes de Florestan Fernandes.



Fonte: Editora Globo, 5ª Edição, 2008

Fernandes constata que a abolição da escravidão aconteceu apenas no aspecto oficial. Porém, no que se refere à vida prática, isto é, a vida social, essa população prosseguiu acompanhada do descaso, discriminação e submissão. O livro apresenta alguns depoimentos de pais que viam na educação uma possibilidade de amenizar o problema da opressão e preconceito contra os negros.

Em 1973, Florestan Fernandes escreveu –Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, que aborda o processo de dependência da América Latina com os Estados Unidos da América. Já em 1975, o autor interpela reflexões acerca da resistência da classe dominante em relação às mudanças sócias brasileiras, dado ao momento de profundas transformações no âmbito político, e principalmente, no econômico.

Soares (2014, p. 10) enfatiza que –A contribuição intelectual e política de Florestan Fernandes alcançaram diversas áreas sociais. Na Universidade Paulista, por exemplo, destaca-se e ganha inimigos. Dessa maneira, observa-se na expressão usada por Soares o fato de Florestan Fernandes não aceitar a abominável ditadura militar⁵.

A vida e obra de Florestan Fernandes, assim como Paulo Freire, têm na educação como um meio para emancipar a sociedade menos favorecida, o índio, o negro e demais classes vulneráveis e oprimidas.

⁵A ditadura militar no Brasil, ou Quinta República Brasileira, foi o regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito (MORITZ, 1998, p. 99).

A disposição à resistência não consistia somente na manutenção da carta, assinalando seu desacordo com uma conduta pautada pela sensatez. A elaboração e a manutenção adquirem sentido político devido à expressão pública e estratégia montada pelo próprio autor. (SOARES, 2014, p. 35)

Pois a disposição à resistência não consistia somente na manutenção da carta, assinalando seu desacordo com uma conduta pautada pela sensatez. A elaboração e a manutenção adquirem sentido político, pela expressão pública que ganham através de estratégia montada pelo próprio autor (SOARES, 2014, p. 35).

Outra característica marcante na vida e nas obras de Florestan Fernandes é a sua luta em defesa aos trabalhadores e à educação de qualidade. A concepção dominante de educação advinha da necessidade de modos educacionais diferentes para a classe trabalhadora. Essa educação serviria apenas para a criação de -máquinas de fábricas, ou seja, idealizava somente preparar o educando para o mercado de trabalho, sem nenhuma emancipação política, cultural e social:

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto àquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção (FERNANDES, 1989, p. 243).

Nessa citação, Florestan Fernandes destaca como o trabalhador era tido como ser que não precisava de uma educação e nenhuma cultura para sobreviver, pois eram trabalhadores, e isso bastava. Diante desse cenário, os direitos de cidadania foram incorporados na Primeira República de uma forma muito singular. O desenvolvimento inicial dos direitos civis (representados pela manutenção das liberdades de ir e vir e de não ser processado ou julgado sem o devido processo legal, entre outros), acabava por limitar os direitos políticos restritos no início da Primeira República. O direito ao voto, por exemplo, não atingia sequer três por cento da população adulta e seu exercício não se subordinava aos efeitos do voto secreto (ato incrementado na República apenas em 1932)(IANNI, 2010, p. 36).

No Estado Novo, destacamos o reconhecimento de novos direitos relacionados a cidadania e ao trabalhador. Os novos direitos estavam ligados a participação da sociedade em decisões. Esses direitos não obtiveram fundamento específico, pois ao serem inseridos na república brasileira foram suprimidos em muitos tópicos.

1. 2 Vida Política

A vida pessoal de Fernandes e suas obras indicam o anseio por igualdade social entre as classes e a militância política. Dedicou-se intensamente à intensa vida teórica e científica, contribuindo com obras que versam sobre as diversas áreas de conhecimento. Por meio de excelentes pesquisas, Florestan Fernandes decide ingressar-se na política brasileira, filiando-se ao PT (Partido dos Trabalhadores)⁶.

Figura 3- Florestan Fernandes Deputado Federal constituinte em 1988. Florestan posa com a bancada do PT, ladeado por Plínio de A. Sampaio e Olívio Dutra.



FONTE: Revista Adusp, 2006, p. 14.

Em 1986, foi eleito Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Na cadeira de Deputados, pleiteava melhoras para a educação e, sobretudo, defendia a classe trabalhadora. Afirmava que: –As massas populares ao participarem politicamente e ao mesmo tempo tiraria das classes dominantes a prerrogativa de fazer tudo o que quisessem sem precisar dar satisfações ao conjunto da população! (FERNANDES, 1977, p. 184). Como Deputado Federal, destacou-se por sua luta em prol da educação gratuita e de

⁶ O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Defensor do socialismo democrático, o PT foi fundamental na mobilização social conhecida como –Diretas Já!, reivindicando eleições presidenciais diretas no Brasil. Lula, Tancredo Neves, Leonel Brizola e Miguel Arraes, foram alguns dos protagonistas desse movimento. A experiência de luta por reivindicações sociais do PT foram o ponto de partida para muitas propostas levadas à Constituinte de 1988, culminando na aprovação da atual constituição brasileira. A atuação do PT e de outros partidos de esquerda avançou em muitos pontos nos direitos sociais e na democratização de diversas políticas públicas (BRASIL, 2018). Disponível em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/>, Acesso em 10/11/2018.

qualidade. Freitag (1987) aborda que Florestan Fernandes ao ser afastado da Universidade pelos mentores e executores da Ditadura Militar, em 1964, tornou-se alvo de grandes persignações ao ser considerado resistente à Ditadura Militar.

Para comprovar a minha tese da ruptura, apoiei-me na coletânea de textos escritos na primeira fase do acadêmico reformador (Educação e sociedade no Brasil, 1966) e em textos da segunda fase, a do político revolucionário (Universidade brasileira: reforma ou revolução?, 1975) e textos como A questão da USP e USP: passado e presente, ambos de 1984 (p. 5).

Por outro lado, Leher (2012) critica essa visão ao considerar a existência de um grande lapso temporal entre as duas obras citadas por Freitag: –A objeção à tese de Freitag é de dupla ordem: metodológica e teórica. Em artigo publicado quase vinte anos depois de ter apresentado sua tese em 1986 sujeitando-se a um lapso temporal grande e que traz alterações na evolução histórica. Leher (2012) ainda aponta considerações de Freitag (1987), ao entender que:

Leher (2012) critica essa visão da autora, pois existe um grande lapso temporal entre as duas obras citadas por Freitag: –A objeção à tese de Freitag é de dupla ordem: metodológica e teórica. Em artigo publicado quase vinte anos depois de ter apresentado sua tese em 1986 sujeitando-se à um lapso temporal grande e que traz alterações na evolução histórica (Leher, 2012).

Nesse ponto se destaca a luta de Florestan Fernandes contra a revolução burguesa e a sociedade dividida em classes, além de suas obras de destaque Sociedade de classes e subdesenvolvimento (1968) e A revolução burguesa no Brasil (1975).

Visualiza-se nessas duas obras o começo da educação pública e gratuita no Brasil, conforme pontua Florestan (1989):

Uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização do mercado suscita uma realidade nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (p. 36).

Florestan Fernandes afirmava: –O ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e

trabalhadoral, seria –o desafio do fim do século XX e da transição para o século XXII (FERNANDES, 1977, p.88).

1. 3 A Educação Pública e Gratuita: a militância e as contribuições de Florestan Fernandes

Para efeito de nossa análise, utilizaremos uma periodização clássica sugerida pelo próprio Florestan Fernandes, que aponta o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil em três fases, sendo o primeiro estágio denominado –Pré-científico, mesmo diante da qualidade e da quantidade dos trabalhos realizados tal período –é irrelevante para o progresso da ciência. (SANTOS, 2002, p. 31)

A educação pública e gratuita para Florestan deveria ser de qualidade devendo o Estado providenciar algumas ideias para execução dessa educação que pregoava. Segundo Florestan, o Estado deveria garantir educação pública e de qualidade para a construção de uma nova sociedade democrática, com verbas destinadas a educação pública e com a proposta de criação de um sistema que fosse efetivamente laico⁷, bem como a administração da educação nacional fosse um Conselho Federal de Educação⁸.

O autor acreditava ainda que essa educação deveria ser vista por meio das subdivisões de classes, visto que o dualismo da educação nada mais é que o reflexo das classes capitalistas, forçando o antagonismo entre a sociedade, em vez de ser somente uma, devido ao nível social (rico, pobre, negros, brancos, índios etc.). Nesse sentido Florestan aponta a desigualdade social devido à sociedade ser formada por camadas, sendo que os interesses da elite prevalecem em relação aos demais membros da sociedade. Por esse prisma, Oliveira (2010, p. 59) entende que –Educar seja –Colocar fim a separação entre *Homo Faber* e *Homo Sapiens*, é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias.

No sentido de melhorar a educação, Florestan propôs cerca de 90 emendas, sendo estas relacionadas à organização da educação brasileira, versando sobre temas como a

⁷ A escola pública laica é própria do Estado laico. Só mesmo em situação de extrema incongruência, e por pouco tempo, é possível existir escola laica nas redes oficiais de ensino se o Estado estiver submetido à hegemonia de uma ou mais instituições religiosas. (CARDOSO, 1996, p.75)

⁸ O PL n° 1.258, quando foi ao Senado, recebeu o n° de PLS 103/1993, sob a relatoria de Cid Sabóia, tramitando naquela casa sem alterar substancialmente o projeto da Câmara. Darcy Ribeiro, porém, na qualidade de relator da Comissão de Constituição e Justiça, declarou a inconstitucionalidade¹⁰ do PL 103, mas concentrou seu parecer na inconstitucionalidade de disposições relativas ao CNE, e aproveitou para anexar sua proposta de LDB ao PL 45/95 do ex-deputado Florestan Fernandes. (NUNES, 2011, p. 33)

Universidade e autonomia do Universitário, adotando como eixo temático à ciência e a Tecnologia⁹.

Ao avaliar a aprovação da Lei n. 4.024/1961, Florestan argumentou que o sentido geral negativo ao ensino público foi preservado, pois, "no essencial, o projeto ou ficou como estava ou ficou pior". Antecipando o que estava por vir, compreendeu a gravidade das conquistas dos privatistas, visto que "conservaram o Conselho Federal de Educação como um autêntico 'cavalo de Tróia' dos interesses privatistas no seio do Poder Executivo e não trepidaram diante da dilapidação do erário público para servir aos interesses ilegítimos dos estabelecimentos particulares de ensino" (FERNANDES, 1966, p. 83).

De acordo com a ideia de Florestan Fernandes, os tempos históricos desiguais coexistem e se interpenetram - o velho e o novo se complementam e se realimentam. A heteronômica é econômica, política, social, ideológica e moral, por isso, Florestan acreditava que a educação é um dos elementos fundamentais para a transformação de uma sociedade, já que parte do princípio de um projeto nacional (SOUSA, 2013, p.13)

Figura 4 - Florestan Fernandes no Congresso em defesa da Educação de qualidade, pública e gratuita (1987-1991).



Fonte: Folha de São Paulo. 1989.

A militância em educação vivida por Fernandes foi o ponto crucial para se tornar deputado, por ter trabalhado ativamente em favor dos direitos sociais e tendo participado da redação da Constituição de 1988, em que figurava os títulos em relação a educação, -Florestan Fernandes valia por si só um partido, pois compreendia seu papel de educador, levando-nos a conscientização do nosso dever de lutar para a transformação das bases desta sociedade. (LEHER, 2012, p. 37)

⁹ As emendas aqui citadas tem por referências o trabalho desenvolvido por Leher, 2012, *apud*, Neves (2009, p. 37)

As políticas do governo ditatorial nada mais são que uma não revolução, e isso não só no meio como também na sociedade que pertence tal regime. Segundo Florestan Fernandes, em meados de 1970, devido aos protestos para se efetivar e voltar o voto direto, o regime ditatorial se sentiu –ameaçado, principalmente pelas atuações dos intelectuais e movimentos sociais das universidades.

A reforma universitária convertera-se no avesso da reforma; a democratização do ensino em padronização pela superfície das cabeças dos estudantes; o autoritarismo pedagógico tentou sufocar as transformações mais profundas e a rebelião expressa ou tácita, sem consegui-lo; o ensino-mercadoria abriu toda uma fronteira de debates ásperos; a tentativa de neutralizar o jovem e de castrar os estudantes – o dever dos estudantes consiste em estudar – logo explodiu como uma bomba de efeitos múltiplos retardados. Os miseráveis errantes, os cidadãos de segunda e terceira categorias, os excluídos e marginalizados atacaram e depredaram as escolas, porque confundiram a própria exclusão com o privilégio de estudar de uma minoria. O sistema público de ensino estreitou-se e foi deliberadamente obsoletizado, para abrir todos os espaços à privatização do público e ao desenvolvimento rápido do ensino particular, leigo e confessional. As ilhas de liberdade emergiram desses escombros, em algumas universidades católicas de ponta e nas escolas públicas, predominantemente nas universidades, que se recusavam a dobrar-se diante do arbítrio e resistiam, graças à essência libertária do pensamento criativo e à profissionalização massacrante e ao esbulho salarial dos professores. As entidades que haviam sido instituídas sob e contra a ditadura agitaram politicamente a sociedade civil, sacudindo as frutas podres do ensino e da pesquisa domesticados. Começara uma nova era, em dias sombrios, que apostou nas –diretas já! e logo pôs em evidência que a liberdade e a democracia não se ganham, se conquistam. (FERNANDES, 1989, p. 39-40).

Florestan Fernandes também lutava contra o Estado Novo¹⁰ em obras como –A revolução burguesa no Brasil, –Teoria do Autoritarismo, –Brasil em compasso de espera, a –ditadura em questão, por meio do movimento trotskista, manteve assiduamente o contato com o marxismo (FERNANDES, 1975). A sua luta constante era para alcançar a democracia e uma evolução intelectual do Brasil.

Com o fim da ditadura militar, inicia-se a transição para a democracia –organizada por um governo que visava à conciliação dos militares e a burguesia.

Florestan Fernandes acreditava que o impasse maior fosse com a burguesia que não aceitava perder o poder e buscar uma migração para a política nova (FERNANDES, 1989).

A luta de Florestan contra o Estado ditatorial proporcionou a sua busca e militância pela educação pública, mesmo que de forma bastante discreta, visto sua participação na Constituinte¹¹. Intencionando solucionar alguns impasses educacionais, Florestan

¹⁰. Idem citação 1.

¹¹. Em 1962, ao fazer um balanço de sua participação na –Campanha de Defesa da Escola Pública, Fernandes expõe uma concepção acerca da natureza do conhecimento sociológico e de sua divulgação para o grande público mantida nas intervenções jornalísticas por meio de artigos publicados na grande imprensa antes, durante e depois do processo Constituinte até sua morte em 1995. (SHIOTA, 2014, p. 04)

Fernandes propôs uma colaboração entre cientistas sociais e educadores que objetivavam a intenção de mudança e contribuição para educação social. O objetivo era um trabalho conjunto para elaboração de uma sociedade mais educativa, conforme afiança o excerto: -[...] estabelecer uma ligação entre o que fazemos [...] em matéria de ensino [...] de transição do conformismo tradicionalista para uma concepção democrática e dinâmica da educação, leigos e cientistas sociais veem-se na contingência de travar um diálogo dramático sobre as raízes econômicas, políticas e socioculturais dos graves problemas educacionais com que nos defrontamos. (FERNANDES, 1966, 82)

O pensamento de Florestan Fernandes está presente nas políticas de educação do Brasil e nas ideias pedagógicas de como tornar uma sociedade mais justa e solidária, pensando nas classes menos favorecidas economicamente. Ele fica então conhecido como o pai da Sociologia brasileira (BENICIO, 2010, p. 18).

Florestan designava duas funções para os sociólogos: na primeira, os problemas sociais deveriam ser descritos de forma mais simples para que todos entendessem. Na segunda, uma intervenção de modo que se destacassem os problemas da educação em seus pontos positivos e negativos. (DORNELLES, 2010, p. 37)

Por meio das obras de Florestan Fernandes é possível afirmar que as preocupações educacionais acompanharam toda a sua trajetória de vida. Tal afirmação se encontra no livro -O desafio educacional (1989) na frase inicial "A educação sempre fez parte de minhas cogitações intelectuais e práticas" (1989, p. 39). Observa-se também no fragmento sua preocupação em relação ao curso de pedagogia não ter disciplinas como, por exemplo, a de Filosofia. Sobre isso, Fernandes (1995, p. 38) discorre sobre o maior erro da USP ao conferir à antiga Faculdade de Pedagogia e à Licenciatura, o segundo plano, de companheiros de viagem de terceira qualidade. Desde o início a Pedagogia deveria, pelo menos, ter uma preeminência à Filosofia.

Podemos destacar que no período da constituinte do Brasil de 1988, a educação, segundo Florestan, era -um vulcão que parecia extinto. Isso remete a obra do autor -O desafio educacional (1989), baseado na reforma educacional de 1980 até 1990. No prefácio, Florestan define basicamente seu ideal em -Os trabalhadores, os excluídos e os oprimidos devem ser inseridos na teia da educação. Esse não era só um desafio único do país, pois havia necessidade de criar uma ponte do capitalismo e a heteronômica cultural do Brasil, tirando ainda os restos burgueses que compunham a cultura social do país.

Não se deve alimentar a ilusão de que as normas legais "resolvem", por si mesmas, os dilemas sociais. Mas os Pioneiros estavam certos: elas criam deveres mínimos do poder público, estimulam a distribuição crescente das oportunidades

educacionais e abrem aos trabalhadores canais de acesso a todos os níveis de ensino. (FERNANDES, 1995a, p. 26).

Florestan Fernandes refere-se aos subalternos¹² que não tinham outra escolha a não ser aceitar. Essa classe só começou a ser evidenciada na Segunda Conferência Brasileira de Educação, sobre isso, o autor afirma que houve um ponto positivo sobre os trabalhadores na construção de um todo. (FERNANDES, 1989, p. 23)

Nesse ponto, destacam-se as greves no ABC Paulista

Uma vasta documentação sobre as Greves do ABC e lança um desafio. De um lado, os operários, ao negar a empresa e o capital, negam o governo ditatorial e sua política econômica [...], de outro lado estão o desafio. Os operários chegaram até aí [...]. A fronteira agora é mais ampla [...], é preciso derrotar simultaneamente o arrocho dos salários e o solapamento dos padrões de solidariedade de classe. Esses fatos são cruciais. Eles colocam a Brasil no limiar de uma nova era (FERNANDES 1989, p. 19).

As greves dos metalúrgicos eram estritamente política, visava uma sociedade mais justa, republicana e democrática. Para Antunes (1988, p. 167), essas greves encontraram sua causalidade básica na luta contra a superexploração do trabalho.

Ainda que diversas reivindicações estivessem presentes, o que centralmente motivou a eclosão da ação grevista foi a necessidade de contrapor-se ao arrocho salarial. E, assim, comportando uma pauta reivindicatória de natureza, predominantemente econômica, as greves metalúrgicas assumiram, desde seu desencadear, nítida dimensão política, expressa no confronto que efetivaram contra a base material e a superestrutura jurídico-política da autocracia burguesa" (p. 167).

As referências que Florestan Fernandes proporciona aos temas ditos educacionais, diz respeito ao seu próprio padrão, ou seja, uma repaginada de conceitos racionais de trabalho intelectual criando um novo paradigma sobre os estudos educacionais inteiramente ligados as ciências, sendo metodológico e objetivo. (FLORESTAN, 1995)

¹²O termo |subalternos| aparece aqui como um conceito situacional de sujeitos que estão em posição de sujeição e dominação.

Figura 5- Florestan Fernandes em manifestação em frente ao Congresso Nacional durante a Constituinte de 1988.



Fonte: Cia da Memória. 2012.

Florestan Fernandes participou da criação da constituinte por meio de suas publicações em jornais e obras, as quais eram manifestas de normas regulamentadoras que deveriam ser respeitadas e seguidas rigidamente, mas eram reflexões da vontade da sociedade.

1. 4A Sociologia de Florestan Fernandes

A sociologia para Florestan Fernandes deveria ser pensada a partir das questões sociais presentes na sociedade brasileira. O autor propõe uma sociologia –abrasileirada, e parte principalmente dos conceitos históricos. Propõe, então, a construção de reflexões que contribuíssem no campo teórico ao pensamento social brasileiro, destacando que a sociologia deveria ser observada considerando o passado, o tempo presente e futuro. Dessa forma, seria possível entender a sociedade e aceitá-la sem preconceito. (IANNI, 2010, p. 39)

Florestan foi auxiliar de Azevedo, e mantinha uma relação crítica em relação a alguns sociólogos brasileiros, como Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha e outros, propondo uma nova visão sobre a sociologia e os principais pontos sobre a sociedade brasileira (IDEM).

Na obra –Fundamentos empíricos da explicação sociológica, Florestan propõe uma reflexão sobre autores que o inspiraram, entre os quais, Spencer, Comte, Marx, Durkheim,

Weber e, principalmente, Mannheim. Assim, Fernandes leva adiante os ideais de Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton e outros. Como obras de críticas, citamos: -Ensaio de sociologia geral e aplicada (1976) e -A natureza sociológica (1980).

Ianni (1985) afirma na citação abaixo que o ideal de Florestan refletia sempre no povo brasileiro de forma a contribuir ao pensamento social.

Em uma formulação muito breve, pode-se afirmar que a interpretação do Brasil formulada por Florestan Fernandes revela a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres.

A ideia de que os intelectuais deveriam pensar sobre a realidade da vida em sociedade, proposta por Florestan Fernandes, veio por meio de pensamentos mannheimianos (Ianni, 1985, p. 43). Tal fato deve-se a sua relação com Mannheim, sendo que tal afinidade se deu porque Mannheim era defensor de uma conciliação entre socialismo e democracia. Mannheim era conhecido na Alemanha como -socialista róseo. (FERNANDES, 1975)

Segundo Deffaci, as ideias de Mannheim diz respeito a harmonia entre a realidade e o domínio:

Isto indica um aparente paradoxo na posição assumida pela mentalidade conservadora ao propor uma base de transformação social, uma vez que os traços utópicos estão em grande medida aproximados com o modelo de uma mentalidade ideológica. Os conservadores, enquanto um grupo concreto, não tem a intenção de alterar a realidade social, mas mesmo assim necessitam confeccionar um sistema de idéias negando as pretensões liberais e, por isso, o que num primeiro momento pode ser interpretado como ideológico através de uma observação contextualizada revela um anseio de transformação da concepção de mundo anterior (DEFFACI, 2008, p.111).

Florestan Fernandes afirmava ser defensor da educação, pois através dela criaria uma sociedade democrática que vê a importância de cada cidadão. Lutava pela democratização da educação, ainda mais quando conquistou uma vaga na Universidade de São Paulo e se tornou assistente de Fernando Azevedo, contribuindo para ampliação de seus conhecimentos (FERNANDES, 1975).

Em 1945, conclui seus estudos com um trabalho sobre um -bororo marginal, com o título -Tiago Marques Aibopureu: um bororo marginal, no evento organizado por Herbert Baldus, Antônio Colbacchini e César Albisetti. (ARRUDA, 2010, apud, SOARES, 2015, p. 23)

Falando de Florestan Fernandes, é preciso assinalar que, além da obra de sociólogo e da ação de intelectual empenhado nos problemas do tempo, além da atividade de professor, de formador de equipe, de criador de rumos na teoria e na investigação, ele realizou outra obra não menos admirável: a construção de si mesmo (CANDIDO, 2001. p. 63).

O artigo de Florestan Fernandes com título –Tiago Marques Aiborureu: um _bororo marginal* foi publicado nos anos de 1960 e 1975 e reconhecido como um dos melhores artigos do autor.

Florestan Fernandes se destacava nos grupos de estudos da faculdade tornando-se até referência para alguns alunos que escreviam como ele. Deste modo, transformou-se em referência ao grupo de estudos de sua faculdade. Suas obras de destaque na época acadêmica ainda englobaram teses sobre folclore brasileiro e questões raciais, precisamente sobre os negros. Florestan buscava uma reflexão crítica das realidades vividas pela sociedade.

As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, está atravessada pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e, ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevalentes. No mesmo sentido, as duas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravatura e abolição, educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana (IANNI, 1985, p.06).

Destacam-se também as obras –A sociologia numa era de revolução social (1963), que se refere ao desenvolvimento da sociedade que Florestan idealizava, e ainda –A revolução burguesa no Brasil (1976), –Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana (1979), as quais dizem respeito às condições e transformações da sociedade.

Conforme afirma Candido (2001), Florestan Fernandes destaca o papel do cientista social e os problemas educacionais relacionados à educação pública em relação a sua precariedade teórica.

Portanto, pode-se afirmar que ao quebrar esta lógica de separação entre o tipo de educação pensante e a servil, estamos resgatando o sentido estruturante da palavra educação, ao incentivar o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físicos, social e espiritual (CANDIDO, 2001 p.08).

Florestan Fernandes tinha como ideia principal promover uma nova etapa na sociologia no Brasil, –agregando eficácia no entendimento do presente, assim como repaginar o passado e promover uma imaginação sobre o futuro:

No todo, ainda que em forma breve, essas são as cinco fontes principais da sociologia crítica fundada por Florestan Fernandes. É claro que se poderiam acrescentar outras inspirações, tais como: a militância política, a reflexão sobre a responsabilidade ética e política do sociólogo, o convívio com o pensamento latino-americano, destacando-se figuras como as de José Martí, José Carlos Mariátegui, Ernesto Che Guevara e assim por diante. Mas aquelas fontes, tomadas em conjunto, sintetizam as matrizes da sociologia inaugurada por Florestan Fernandes no Brasil. Sociologia crítica, que se caracteriza como um estilo de pensar a realidade social a partir da raiz (FERNADES, 1975, p. 56).

A citação acima, afirma o fato de Florestan Fernandes ser considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil.

A sociologia é uma forma de apropriação e constituição do mundo social gerada por dissolução da comunidade, emergência da sociedade burguesa, dinâmica de uma sociedade fundada nas desigualdades social, econômica, política e cultural (IANNI, 1996, p.79).

Ianni (1996, p. 81) afirma ainda que as diversas culturas existentes no Brasil são resultados do multiculturalismo social implantado devido a forma da colonização do país. O homem torna-se um ser social pelo processo de sociabilidade, sendo esse processo de interação social um fenômeno básico de investigação sociológica.

Em suma, a sociologia, no Brasil, foi difundida principalmente por obras de Florestan Fernandes. Dessa maneira, destacamos dois aspectos que ocasionaram essa causa: em primeiro lugar, a construção de uma visão social real de como as pessoas convivem em sociedade com suas raças e classes sociais diferentes, por isso, Florestan defende que a sociedade deve buscar um amadurecimento social proporcionando uma sociedade igualitária. Essa política se manifesta principalmente no ensino e na pesquisa, criando novos horizontes para a sociedade de forma que está presente na formação dessa sociologia em dois modos particularmente notáveis - primeiro, entra de maneira decisiva na construção da sociologia como um sistema de pensar a realidade social; segundo, Florestan Fernandes busca um estilo de pensamento da realidade social, embasado na visão crítica de Marx (clássica e moderna).

Falar sobre a sociologia de Florestan Fernandes e não citar suas teorias sociológicas clássicas, fica muito incongruente. Sendo assim, essas teorias são estruturadas da seguinte forma: a primeira teoria diz respeito ao funcionamento e como a sociedade foi transformada mediante ao capitalismo industrial. Florestan afirmava que essa transformação advinda do capitalismo mediante:

A imaginação sociológica, enriquecida pela dialética, pode "ligar o modo de existência, o movimento e a vida através das contradições", procurando "estas últimas através de condições concretas variáveis de sociabilidade, associação e interação". A dialética permite "apanhar a unidade no diverso", isto é, "a

totalidade como expressão de determinações particulares e gerais". Em essência, o real e o pensado se constituem reciprocamente, de tal maneira que "a práxis vem a ser o critério experimental de verificação da verdade objetiva" (FERNANDES, 1975, p. 21).

Em sequência, suas reflexões têm a ver com a análise inversa sobre a teoria marxista. O crivo principal é marcado na obra –Contribuição à crítica da economia política (1867).

A terceira teoria tem participação de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos e Caio Prado Júnior, visto que nada mais é que um diálogo direto e/ou indireto.

A proposta deste diálogo eram desafios e sugestões sobre a sociologia brasileira, em termos teóricos e práticos. Abraçam lutas sociais, do passado e do presente (século XX), com a intenção de permitir que a classe menos favorecida manifeste-se. Buscando –(...) recuperar algumas dimensões básicas das condições de existência, vida e trabalho, do índio, do caboclo, do escravo, do colono, do seringueiro, do peão, do camarada, do sitiante, do operário e de outros, pretéritos e presentes! (AZEVEDO, 2011, p.44).

Nesse tocante assunto o fato mais destacado refere-se à transformação que a sociedade passou em relação à economia industrial, urbanização, migrações internas, política, partidos políticos, regime de governo, dentre outras (FLORESTAN, 1991, p. 98). Todas essas transformações citadas por Florestan Fernandes propôs uma reflexão sobre o mecanismo da sociedade desde a Igreja até o governo imperialista, bem como o papel das universidades.

A contribuição do professor Hugon não se dirigiu no sentido de criticar as fontes utilizadas ou o modo de aproveitar estas fontes. Ele pensou muito mais em termos de completar o levantamento para fazer, depois, uma verdadeira tese de doutorado. Mas, de qualquer maneira, vocês vêm que era um trabalho que permitia combinar história e estatística com a análise econômica. O que indica um nível de ambição teórica pouco comum nas condições imperantes de aprendizagem (FERNANDES, 1988, p. 105).

Por fim, o quinto e último ponto tratam do desnudamento da verdadeira sociedade. Nesse fundamento, Florestan Fernandes afirma que assim como a sociedade foi levantada com o preconceito das elites advindas das classes dominantes, a sociedade criminalizada foi deixada de lado. Uma citação de Florestan marca bastante esse ponto:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideias de homem criado pelo advento do trabalho livre [...]. (FERNANDES, 1975, p. 42)

Segundo análises de Santos (2009, p. 65), o percurso histórico inicia-se em 1930 marcando grandes transformações, primeiro com a eleição de Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil. Isso se deve a diversas provocações e discussões sobre a realidade social, na qual os problemas educacionais se tornaram problemáticas sociais.

Florestan Fernandes defendia a sociedade brasileira contra a acentuada desigualdade social, econômica, política e cultural, permitindo cada cidadão questionar os preceitos da sociologia clássica e moderna e resgatar os conteúdos críticos, buscando uma nova versão sobre conceitos desde o começo da colonização até a inserção da sociologia no Brasil, destacando as principais problemáticas dessa colonização que desencadeou um formato de desigualdade o país até os dias atuais. (FERNANDES, 1975, p. 98)

1. 5 A figura do Professor e Cientista segundo Florestan Fernandes

O autor acreditava que o professor desempenhava papel crucial para o desenvolvimento da sociedade em relação à –revolução da educação|. Segundo suas considerações, o professor seria o maior mentor para instigar a sociedade às mudanças necessárias ao seu desenvolvimento. Deste modo, Florestan Fernandes cita o filósofo e o sociólogo Theodor Adorno, tendo em vista sua crença em razão da escola ser o local ideal para se promover uma sociedade emancipada para pensar sobriamente a emancipação, que não diz respeito ao cidadão por si só, mais sim como a sociedade em um todo.

A democracia pautada no pensamento marxista traz a problemática sobre a questão do Estado, particularmente as diferenças entre o Estado capitalista e o Estado no período de transição pós-revolução. Assim, no sentido da crítica marxista sobre a problemática na democracia, sendo também a mesma para a educação, visto que a educação que o Estado oferece segundo Adorno não deve carregar influência governamental:

A educação deve ser simultaneamente, autonomia, racionalidade e possibilidade de ir além da mera adaptação, chegando à emancipação; é apontada uma crítica à indústria cultural, vista como a responsável por prejudicar a capacidade humana de agir com autonomia (ADORNO, 1947, p.32).

Ao pensar no papel redentor da educação, no sentido de libertação das classes oprimidas para se impor frente aos mecanismos de sua total alienação, Florestan Fernandes buscou se dedicar aos estudos educacionais, aplicando um maior rigor e um novo padrão científico de análise, já que –A ideia central é a da imersão do cientista social em um determinado processo histórico-cultural, ou seja, as ciências sociais, o seu ambiente

institucional e a sua estrutura de pensamento emergem circunscritas pela singularidade histórica. (DEFFACI, FETZ; FRANÇA, 2017, p. 210)

Segundo Saviani (1996), o autor argumentava que Florestan propunha ao professor um papel de desenvolver a criação de cada aluno:

O professor é, antes de tudo, um educador, isto é, formador de homens. Esta verdade simples que está na raiz da atividade docente tendeu, porém, a cair no esquecimento em benefício do aspecto mais visível da função docente que passou a ser entendido como a forma mesma do próprio ser do professor. Assim, à medida em que o magistério se institucionalizava através da constituição e expansão dos sistemas escolares, cristalizava-se essa compreensão restritiva do papel do professor (SAVIANI, 1996, p.71).

Nesse sentido além de educador, o professor era mentor de ideias emancipadoras através da escola. Por esse prisma, Fernandes que o primeiro impulso de pensar a educação empreendida no país, foi em ocasião do movimento abolicionista, quando vislumbrou gerar –a primeira experiência histórica de população urbana ou rural brasileira na esfera da secularização do pensamento e dos modos de entender o funcionamento das instituições. (FERNANDES, 1968, p. 37)

Entretanto, segundo análises de Alves (2010, p. 179) existe uma educação que não desenvolve a função a que foi empreendida, ou seja, –[...] de instruir para o confronto e para o conflito, condições essenciais para o desenvolvimento, caminha muito mais para a aceitação das regras e valores servis a uma determinada classe [...]. dessa forma, a problemática maior segundo a autora é –[...] ao mesmo tempo em que pouco instrui e prepara os menos abastados, acaba por contaminar também a própria burguesia, pois esta se vê constantemente debilitada e a pensar além das alternativas presentes (ALVES, 2013, p. 180). Tal autora ainda afirma que Florestan Fernandes demonstrou existir no país um maior dilema educacional, tendo em vista a existência de duas vertentes: –Um sistema que se diz em definição democrática e uma educação como mecanismo de inclusão, porém estas seletivas e classificatórias. (ALVES, 2013, p. 181)

Florestan Fernandes afirma que a crise educacional foi fomentada devido aos educadores, ou seja, o fato dos mestres da educação não terem sido exatamente preparados para a formação de intelectuais agindo apenas de forma informativa. Tal cultura dos educadores de serem meramente portadores de informações se deu através da cultura europeia deixada na cultura brasileira.

Nesse impasse, Florestan Fernandes traz então uma análise mais rigorosa sobre a educação oferecida no país, pois como já citado neste trabalho, os cursos eram monográficos:

Criticava a formação oferecida pela Universidade de São Paulo (USP), acreditando que –os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos daquilo que deve aprender um estudante de ciências sociais! (FERNANDES, 1972, p. 24).

Observando a responsabilidade de a educação ter que se desenvolver na sociedade, logo o professor torna-se um agente fundamental nesse círculo. Partindo desse princípio, Florestan Fernandes entende que o professor precisa ter a consciência da sua força transformadora, acatando para o cotidiano em sala de aula, a realidade dos seus próprios alunos, sendo somente assim, possível potencializar a educação por meio de uma política que aborda junto o instinto pedagógico com a qualidade. (FERNANDES, 1989)

Segundo Florestan Fernandes, o professor deve estar atento à sua ação pedagógica, pois tem como fundamento uma perspectiva de agir politicamente durante este exercício, já que toda ação tem intencionalidade política.

Aqui, é possível identificar a influência do pensamento de Paulo Freire. Florestan acreditava que para uma significativa mudança em educação, era preciso formação dos professores. Neste sentido, garantir que os professores compreendessem sua ação, reconhecendo os instrumentos de controle do Estado, mas podendo, a partir do modelo existente, criar resistência por meio do diálogo para a construção de uma consciência crítica, permeada de uma ação política. Assim, Florestan Fernandes entendia que só a partir de uma ressignificação do próprio exercício de professor, ou seja, de sua prática educativa, seria possível romper com o pensamento imposto pela classe dominante, onde o Estado impõe o que deve e o que não deve ser ensinado, onde a elite dominante é quem determinava os conteúdos e aprendizagens à classe operária (NOBRE; MAIA, 2010, p. 25).

Florestan Fernandes estabelece um vínculo entre educadores e cientista, o que seria uma boa contribuição para a educação brasileira, fazendo com que a mudança social acontecesse, ou até mesmo se efetivasse, de forma mais rápida. Florestan propõe um conjunto de pessoas lutando por um só ideal em *prol* da transformação da sociedade.

[...] estabelecer uma ligação entre o que fazemos [...] em matéria de ensino [...] de transição do conformismo tradicionalista para uma concepção democrática e dinâmica da educação, leigos e cientistas sociais veem-se na contingência de travar um diálogo dramático sobre as raízes econômicas, políticas e socioculturais dos graves problemas educacionais com que nos defrontamos (FERNANDES, 1966, p.89).

Segundo estudos de Jinkings (2007, p. 117), no Brasil colonial alguns intelectuais eram monopolizadas pelo clero que apregoava a cultura conservadora. Florestan Fernandes analisa as mudanças que se operam na esfera da educação e as novas funções a ela

atribuídas para responder aos desafios e necessidades da emergente sociedade urbana e industrial, bem como aos desafios da democracia.

A problemática notada em ter a educação como instrumento do professor para difundir os acontecimentos de uma revolução das desigualdades é o fato das transformações que atingiam o Brasil, de modo diferente para determinadas classes.

As transformações que atingiam o Brasil, de modo desigual e em ritmos diferenciados entre suas diversas regiões, implicavam mudanças na composição e na ideologia das camadas sociais dominantes. Vinculadas aos ideais republicanos e liberais, essas camadas conceberam um projeto político-educacional, o qual convertia a Universidade em instrumento de formação das elites dirigentes que promoveriam a —modernização‖ da sociedade brasileira (FERNANDES, 1980, p.67).

Os sociólogos que se formaram sem considerar o vínculo com a educação, tenderam a ter problemas de questionamento sobre qual seria o verdadeiro papel do educador, mesmo tendo responsabilidade e compromisso não sabe exatamente a função do educador sendo sociólogo. Sobre isso, Silva (2006, p. 19) afirma que:

Pela estreita vinculação entre a institucionalização da Sociologia e sua aplicação no campo escolar é possível supor que o afastamento da Sociologia da grade curricular obrigatória dos cursos de nível médio, nos mais de 40 anos que vão desde a Reforma Capanema (1942), durante o Estado Novo, até a primeira metade da década de 1980, quando a sociedade brasileira lutava contra a ditadura militar, tenha sido um outro fator importante deste distanciamento gradual (p.19).

No passado, buscava-se o reflexo dos grandes educadores sobre os atuais, a fim de observar a função e o papel do docente que está sendo desenvolvido atualmente. Nesse sentido, torna-se importante uma reflexão a partir das ideias propostas por Florestan para questionar o exercício docente numa sociedade capitalista, que necessita resgatar e/ou iniciar os ideais de outra sociedade, que, segundo considerações do geógrafo Milton Santos, a solidariedade, o respeito, a igualdade são marcas fundantes. (ALVES, 2013, p. 45)

Assim, destacamos que Florestan Fernandes não deixou um roteiro, um passo a passo de como fazer para que o cenário educacional atenda às demandas sociais, mas sim, um pensamento para a construção de uma sociedade justa, que priorize ações para as camadas populares, ações estas que se iniciam com educação pública, gratuita e de qualidade para os integrantes das classes sociais mais pauperizadas socioeconomicamente.

A educação em sociologia proposta diz respeito não só ao termo da sociologia como disciplina, mas também como forma de emancipação das pessoas, ou seja, não

apenas como uma política pública de reinserção nas escolas, mas também com uma reformulação de pensamentos. Sobre esse assunto, Sarandy (2007, p. 39):

O *sentido* da sociologia na escola ainda a ser construído discursivamente nas experiências de *comunicação* entre professores de ensino médio e pesquisadores das ciências sociais - abrange a fundamentação teórica da mesma e implica a densificação dos debates acerca de seu ensino que passam a ser protagonizados pelos seus profissionais, quer nas escolas, quer nas universidades e institutos de pesquisa, nenhum deles unilateralmente (SARANDY, 2007, p. 39).

Silva (2006) chama a atenção para a importância de os educadores começarem a reconhecer e entender as novas configurações econômicas, políticas e sociais que repercutem diretamente no currículo e na educação. Segundo ele, há uma necessidade de desconstruir discursos e narrativas hegemônicas, e considerar e afirmar narrativas e discursos alternativos, “[...] que contém outras histórias, minando, assim, a inevitabilidade e ‘naturalidade’ das narrativas dominantes” (p. 13). Desse modo, uma política educacional torna-se necessário para questionar os modelos naturalizados e introduzir no currículo o ponto de vista, a perspectiva e as narrativas de grupos subjugados. Assim, pode-se observar a relação da sociologia como disciplina proposta por Florestan (1971) visto sua defesa em relação à emancipação social (p. 83).

A sociologia específica na formação de professores, devido às reformas que ocorreram no Brasil no período de 1920, promovida por Estácio de Coimbra, no Pernambuco, teve por base o Plano de Reforma do Ensino instituída por Antônio Carneiro (1966), membro do movimento da Escola Nova (IDEM).

Fernando de Azevedo definia a sociologia educacional como um estudo capaz de contemplar e identificar os fatos e as instituições de educação. Para ele, teorizar a educação a partir de um estudo sociológico era uma maneira de fugir dos estudos já existentes sobre a mesma ou sobre as instituições escolares no país. Logo, contextualizava a sociologia como um problema que reflete todas as mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram no Brasil. (OLIVEIRA, 2010)

A Sociologia surgiu no Brasil no contexto educacional, posteriormente, como Ciência, a partir da década de 80. No entanto, a educação pública ainda possui lacunas a serem compreendidas em razão da relação dos alunos com essa disciplina, devido a situação de intermitência da Sociologia dentro das salas de aula e a invisibilidade na educação.

II. FLORESTAN FERNANDES: CAPITALISMO DEPENDENTE E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOLOGICOS PARA A EDUCAÇÃO

Neste capítulo serão analisados os livros de Florestan Fernandes intitulados -Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (1981) e -Revolução Burguesa no Brasil (1975), os quais apresentam a dependência da burguesia brasileira diante do capitalismo internacional.

A obra -Capitalismo Dependente e as Classes Sociais na América Latina busca elucidar os desafios que surgiram na formação política brasileira e como se deu a composição da mesma. Já o livro -Revolução Burguesa no Brasil apresenta como o sistema político carrega características antidemocráticas, fortalecendo-se cada vez mais através da economia.

Dessa maneira, neste capítulo elucidamos a influência do capitalismo dependente e a revolução burguesa na educação básica, ainda intencionando demonstrar a luta de Florestan Fernandes, marcando os pontos da evolução histórico-política do Brasil.

Assim, a partir desse ponto de vista, verificaremos a formação da educação influenciada pelas marcas do capitalismo dependente e pela burguesia, uma vez que as escolas públicas possuem materiais didáticos voltados para uma realidade social que não corresponde com o perfil dos alunos da rede pública de ensino.

2. O CAPITALISMO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO BURGUESA

Em poucas palavras, Florestan define o capitalismo dependente como -[...] uma forma de manter a sociedade submissa aos burgueses, que por sua vez, esses sempre não dão importância ao desenvolvimento da economia, nem tão pouco, protegia a democracia para ser soberana (FERNANDES, 1981, p. 11). Tal conceito propõe o capitalismo como uma forma bastante cerceada, pois não faz um conceito baseado no nível internacional, mais sim, como uma afirmação histórica. Por esse viés, Paiva (1991, p. 140) afirma que:

Deixa transparecer uma supervalorização do conteúdo essencialmente revolucionário da transição capitalista em detrimento da forma histórica especificamente contrarrevolucionária que este movimento tende a assumir em todas as transições retardatárias.

Lima (2016, p. 05) afirma que -Florestan Fernandes analisa o capitalismo no Brasil a partir da forma de integração do país à economia internacional. Uma inserção

subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países. Nesse contexto, a obra –Revolução Burguesa verifica que Florestan Fernandes estava em um período pós-Ditadura Militar, e que depois de tantas décadas ainda prevalece o interesse da não-democracia. Sobre isso, Lima (2016, p. 136) arrazoia que:

Certamente, a obra *A Revolução Burguesa no Brasil* é uma tentativa de explicar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os traços profundamente antidemocráticos, de nossa burguesia, que se apresentavam sem nenhum pudor com o golpe de 1964. Ele começou a escrever o livro em 1966 e foi uma resposta aos desafios expressos pelas novas tarefas que a intelectualidade e o movimento socialista e democrático teriam que defrontar (p.136).

Florestan Fernandes atenta para o fato do capitalismo ser um fator relevante, pois –Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. (FERNANDES, 1981, p. 11)

Florestan Fernandes afirma ainda na obra –Revolução Burguesa que para se entender a obra é preciso ter em mente –A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de _história oficial. (FERNANDES, 1975, p. 31)

Coutinho (2005, p. 23) revelar ser possível verificar que Florestan oferece uma –imagem de Brasil baseada no etapismo, o qual passaria uma transição do feudalismo ao capitalismo, caracterizando a via clássica da interpretação histórica.

Sobre o imperialismo, Trotski (1980, p. 21) afirma que para se entender é preciso destacar a forma desigual que se constituiu:

[...] a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamamos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido de reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKI, 1980, p. 21).

As dominações do colonialismo (nesse ponto, Florestan Fernandes afirma ser um tipo moderno de colonização)¹³ nada mais eram que a defesa dos interesses da Coroa Espanhola e Portuguesa, pois para Ferreira (2016, p. 13) –Isso foi conseguido pela

¹³Segundo Florestan (1973, p.13) –O início desse colonialismo é identificado com as conquistas dos espanhóis e portugueses sobre terras latino-americanas, auferindo complexidade em seu sistema quando esses países conquistam a emancipação dentro de seus territórios, portanto, para Florestan Fernandes a América Latina não passa de produtos dessas expansões de colonialismo organizado e sistemático.

transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)».

Já para Marques (2018, p. 04), o problema colonial e a revolução burguesa se evidencia no –enriquecimento estabelecer um círculo de domínio territorial e econômico que enfraquece a cada dia mais a nobreza e o poder universal do papado, dividindo de forma concreta as nações com base na relação material da divisão de colônias e exploração».

Alguns pontos na colonização foram marcantes segundo Florestan, já que Espanha e Portugal não possuíam recursos para manter os colonizados, sendo entendido o sentido de manter como comercializar os produtos arrecadados nas colônias, e investir para gerar expansão. Nesse contexto, Gregório (2012, p. 95) realiza uma síntese histórica dessa problemática da colonização ao entender que:

Durante quase três séculos o padrão de dominação dos países hegemônicos sobre os países latino-americanos foi baseado no antigo sistema colonial, ou seja na exploração ilimitada para benefício exclusivo da coroa e seus colonizadores. Entretanto esse modelo de dominação esbarrou em diversos fatores que emperraram seu funcionamento. O primeiro deles diz respeito a fragilidade da estrutura econômica de Portugal e Espanha, que não eram suficientemente fortes para sustentar o financiamento das atividades mercantis das colônias. Outro fator importante, foram as disputas entre as potências européias como Inglaterra, França e Holanda, pelo controle econômico das colônias latinas. E por fim, o descontentamento de setores da população local com a rigidez da ordem social vigente (GREGÓRIO, 2012, p.95).

A distinção que Florestan Fernandes faz sobre colonização externa, diz respeito ao colonialismo nas primeiras décadas (e período imperial) que a Espanha e Portugal desenvolviam a intermediação das operações econômicas, bem como a colonização externa voltada aos interesses da Inglaterra que se tratava não apenas em financiar, mas sim, em fazer sua comercialização, visto que –A Inglaterra, por exemplo, iniciou uma política comercial que propiciou rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias». (FLORESTAN FERNANDES, 1973, p. 14)

Nesse sentido, Prado Junior (2011, p. 88) aduz que os reflexos do contexto histórico refletem na formação da sociedade de classe pobre, pois –Incorporadas às estruturas coloniais na ordem social competitiva, visualizou-se aqui uma emancipação política dissociada da autonomia econômica, expressa na ausência de um controle propriamente nacional (colonização externa)».

Segundo estudos de Arruda (2005, p. 26) é possível verificar um terceiro ponto de concordância entre os conceitos estabelecidos por Florestan, a saber: a colonização

externa, dada através da Revolução Industrial europeia, ocasionando à Revolução Industrial advinda do neo-colonialismo¹⁴, haja vista que a partir desta houve um grande acúmulo de capital, principalmente para a Inglaterra, provocando assim, grandes problemas no desenvolvimento social e cultural da América Latina, uma vez que —a dominação externa tomou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

No intuito de explicar esse tipo de colonização, Marini (2012, p. 144) explana abaixo sobre o desenvolvimento da América Latina serco-sistematizada com o capitalismo mundial:

—A problemática das nações latinoamericanas nos impõe a análise da sua inserção enquanto parte subordinada e sócia-menor da divisão internacional do trabalho. No estabelecimento da ordem social competitiva, a função exercida pela América Latina esteve em sua capacidade de atender uma demanda mundial de alimentos e matérias-primas, cuja relevância cresceu em proporção direta ao desenvolvimento da grande indústria. Ou seja, a especialização de parte da sociedade em produtores mundiais de manufaturas supôs a disponibilidade de outra parte na especialização direta de produtos primários, o que conduziu em termos de transação comercial entre nações a uma —transgressão internacional nas relações de troca (MARINI, 2012, p. 144).

A problemática das nações latinoamericanas nos impõe a análise da sua inserção enquanto parte subordinada e sócia-menor da divisão internacional do trabalho:

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural (FERNANDES, 1981, p. 16).

Em relação a setor econômico esse modelo imperial, reforça o produto matéria-prima e bens-primários, e a supremacia do interesse da burguesia que acelerava ainda mais a Revolução Burguesa.

Florestan ainda interpreta um quarto tipo de colonização externa que se deu através da conjuntura das grandes empresas corporativas da América Latina. —Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança — através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios (FERNANDES, 1981, p.17).

Essa colonização provocou um falso pensamento de que a Revolução Burguesa não estava sendo liderada pela elite e trouxe uma quimera da burguesia dependente. E nesse

¹⁴É neste quadro político que a questão da heteronomia racial está inscrita. Além de favorecer os interesses externos, essa política revitaliza, sob condições modernas, estruturas de poder e de privilégios arcaicos e antissociais (LIMA, 2017, p.03),

contexto Prado Júnior afirma: –O processo de colonização brasileira de que resultou o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, tem sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo (2011, p.93).

Dentre os problemas apontados sobre esse tipo de colonização Florestan aponta um que afeta diretamente na sociedade como um todo (igualdade, educação, e o negro): –[...] a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 1981, 19).

Segundo Ianni é preciso da participação do povo em algumas tomadas de decisão se não ocorrer problemas da efetivação dessa conforme o autor coloca:

–[...] é fundamental a presença de grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. É o caso do negro escravo e livre, isto é, do trabalhador braçal na lavoura e indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado da presença de índios, imigrantes, peões e outros a do negro na história social brasileira, desvendam perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico da sociologia, nas ciências sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro (IANNI, 1996, p.27).

As considerações de Fernandes (1981, p. 20) revelam que –A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. Assim, segundo o autor, o imperialismo trouxe um paradigma para a política, sendo essa muito marcante, pois preparou a América para a crise econômica após a II Guerra Mundial. Florestan Fernandes afirma ainda que uma nação não se torna uma superpotência sozinha, visto que –A segurança real entre nações implica entendimento mútuo, fins comuns, consenso e solidariedade, não apenas ao nível das elites no poder e através dos governos, mas também entre seus povos (Idem, p. 24).

Nesse contexto, o autor refere-se aos Estados Unidos não por ser potência, mas pelo fato de ser o pontapé de sua independência, pois conforme afirma Arruda (2010, p. 50): –Ora, neste processo percebe-se que é fundamental tanto a dinâmica interna – e não somente a externa – quanto à ação dos agentes sociais.

Florestan Fernandes traz em sua obra dados estatísticos sobre como as pessoas em 1970, sobreviviam em meio o –caos do capitalismo. Sobre isso, o autor questionou se –Seria possível integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política

através do capitalismo? (FERNANDES, p. 24). Ocorre que a maioria da população vendia a mão de obra barata, e por isso, trabalhavam em péssimas condições.

INVESTIMENTOS DIRETOS E LUCROS NORTE-AMERICANOS

	<i>Saída de Capital</i>		<i>Entrada de Capital</i>	
	<i>1965</i>	<i>1968</i>	<i>1965</i>	<i>1968</i>
Mundo (em bilhões de US)	3,5	2,9	4,9	5,8
Europa Ocidental	42,9%	34,4%	22,4%	22,4%
Só o Reino Unido	8,6%	3,4%	8,2%	6,9%
Canadá	27,6%	13,8%	18,4%	17,2%
América Latina	8,6%	10,3%	24,5%	25,9%

Para explicar esse assunto, o autor apresenta dados dos Estados Unidos como superpotência, uma vez que 80% da população só recebia 14% da renda total em relação aos 20% que recebiam 61% do valor total. Essa má distribuição de renda se dava pela cultura implantada pela –tradição colonial (FLORESTAN, 1981, p. 25). Florestan afirma ainda que o maior problema dos Estados Unidos é não ter uma base sólida para seguir, acarretando na deficiência em visar o interesse das classes baixas, haja vista que –A maioria silenciosa dos pobres não pode ser banida eternamente da história (Idem. p. 28).

Portanto, o Capitalismo Dependente, de Florestan afirma a questão das formas externas de colonialismo provocar um futuro incerto ao entender que –A estranha combinação de uma ampla maioria de gente destituída, miserável ou quase-miserável, a uma exploração externa implacável e uma péssima utilização interna da riqueza, é imprevisível (FLORESTAN, 1981, p. 26).

Nesse sentido, os estudos de Ianni (2006, p. 88) revelam que a revolução burguesa no Brasil consiste em malefício para a população trazendo o problema da sociedade de classe, pois –Para as classes trabalhadoras, que são duplamente exploradas e oprimidas; e para as próprias burguesias locais que, embora sócias das burguesias hegemônicas, recebem um quinhão menor da distribuição global do excedente econômico.

2.2 SOCIEDADE DE CLASSES E O BURGUEÊS: INFLUÊNCIA COLONIAL

A sociedade de classes no Brasil está diretamente ligada à transformação mal sucedida do sistema capitalista. Mesmo diante do fato de Florestan Fernandes revelar não

ter referenciado nenhum autor em específico em sua obra, é possível visualizar que quando se refere às sociedades de classes, encontramos influências de Weber, Marx e Durkheim.

Para Weber (1971, p. 62) as sociedades de classes se referiam à ordem social:

Suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica (WEBER, 1971, p. 62).

Para Marx (1995, p. 73) era relativo à organização capitalista e as relações de produções que priorizavam a produção mercantilista:

O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho, assim como o capital, valor elevado a uma potência, é uma forma necessária que devem adotar as condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. De modo que o trabalho assalariado constitui uma condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista (MARX, 1995, p. 73).

Para Durkheim (1993) as sociedades de classes tudo é questão de necessidade, até o crime é considerado como normal para manter as relações sociais. Compara:

A sociedade a um corpo humano, onde o Estado teria a função do cérebro, o qual elaboraria as representações coletivas que aperfeiçoem a solidariedade. Para ele, todas as partes do corpo social teriam uma função e não existiriam hierarquias entre as diferentes partes, acarretando em uma sociedade harmônica. Até o crime é considerado normal, pois não há sociedade onde ele não exista, até porque o delito tem uma função social, que é a função de manter e gerar uma coesão social (DURKHEIM, 1993, p.87).

A sociedade a um corpo humano, onde o Estado teria a função do cérebro, o qual elaboraria as representações coletivas que aperfeiçoem a solidariedade. Para ele, todas as partes do corpo social teriam uma função e não existiriam hierarquias entre as diferentes partes, acarretando em uma sociedade harmônica. Até o crime é considerado normal, pois não há sociedade onde ele não exista, até porque o delito tem uma função social, que é a função de manter e gerar uma coesão social.

A sociedade de classes para Florestan Fernandes está vinculada a dois conceitos: -Na de organizar internamente os interesses socioeconômicos que produzem as classes; e na de dar continuidade à exploração de ‘fora para dentro’ (FERNANDES, 1981, p. 31).

Nesse sentido, Florestan aduz que mesmo o fato da América Latina não ter um modelo para seguir sobre a sociedade em si, é possível que em um futuro remoto possa se resolver esse impasse trazido pela cultura colonizadora, pois -Se precisa usar conceitos, categorias analíticas e interpretações clássicas tendo em vista uma situação histórica peculiar, na qual a realidade se apresenta de outra maneira (e exige uma redefinição do

modelo que alimenta as suposições axiomáticas da descrição sociológica) (FERNANDES, 1981, p. 35).

Nesse contexto, observamos a afirmação de Florestan em —A revolução burguesa no Brasil, ao entender que —A revolução burguesa não era mero episódio histórico, mas um fenômeno estrutural e inscrevia-se na longa gestação da ordem social competitiva (LIMA, 2016, 139). Assim, a sociedade de classes, apesar de ser carente de dimensões e dinamismos estruturais, bem como formas de erradicar a opressão sistemática, e desigualdades sociais, a sociedade brasileira não seguiu um modelo, mas sim, se deu através de formações histórico-sociais. Florestan ainda afirma que —O conceito de classe social não se configura como uma categoria perceptiva e cognitiva que organiza as orientações do comportamento coletivo e suas impulsões de negação e destruição da ordem existente (Fernandes, 1981, p. 36). Igualmente, o autor arrazoa que estruturas de classe em formação e dinamismos de classes ineficientes pugna pelo esquecimento de outra história que se formaria.

Florestan Fernandes fomenta a discussão de sua obra acerca das sociedades de classes nas seguintes provocações: —Existem classes sociais na América Latina?; Capitalismo dependente e classes sociais; classe, poder e revolução social (FLORESTAN, 1981, p. 37). Diante de tais provocações é possível um afinamento da questão para uma visão mais sociológica, trazendo a tona o principal receio que é a análise de —como a herança da sociologia clássica pode ser retomada e redefinida nos quadros de uma nova problemática, que tem uma origem concreta, possui importância teórica e contém um significado político (p. 37).

Para Max Weber (1969, p. 63) as classes podem ser divididas em diversas formas. Porém, têm autores que confundem —class com comunidade. Para explicar mais sobre esse termo Weber afirma que o termo —class refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de —class. Sobre o conceito de classes sociais, Florestan Fernandes afirma não ser algo que tende a fechar as formas de descrevê-la, mas sim em algo de suma importância para fundamentá-la, haja vista que —As classes sociais se superpõem a outras categorias sociais de agrupamento, de solidariedade e de articulação às sociedades nacionais (p. 38). A problemática maior que se pode levantar em relação ao conceito se funda exatamente na palavra —class, visto que a burguesia influenciou em quase tudo na sociedade, influenciando inclusive no conceito da palavra —class, usada normalmente para destacar certo grupo de pessoas que são —possuidoras.

A burguesia também criou várias fantasias em relação a alguns –dizeres||, como por exemplo: –São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo|| ou –Ninguém segura o Brasil|| (FERNANDES, 1981, p. 38), isso se dá devido ao interesse financeiro que a burguesia tem em promover as cidades e seus países, a fim de tirar proveitos econômicos. Nesse sentido, não se pode afirmar que a palavra é ou não é verdadeira, no entanto, soa falsa por conta de uma fragmentação feita pela burguesia em relação aos sentidos dessas palavras, uma vez que se for mal interpretada perde o sentido total, podendo ser considerado um conceito delicado.

As classes sociais têm diferentes formas nas sociedades latino-americanas. As que mais se destacam são as formações histórico-sociais típicas¹⁵. Sobre isso, Florestan Fernandes (1981, p. 39) afirma que –As classes sociais não –são diferentes|| na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social||. Devido à inconsistência de descrever as classes sociais da América Latina, pautada nas diversas interpretações até aqui apresentadas, nota-se nos estudos de Florestan Fernandes –umas classes sociais são mais classes que as outras|| (LIMA, 2013, p. 47).

Outro fator prejudicial às classes sociais da América latina refere-se a interpretação superficial como base desde o início da colonização:

Deixando-se de lado as peculiaridades históricas do processo descrito torna-se patente que o –amadurecimento do capitalismo|| não está contribuindo para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social de vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas, que o capitalismo não preencheu no passado ou que só perfilhou de modo pouco efetivo (FERNANDES, 1981, p. 40).

Ocorre que devido às más interpretações sobre as classes sociais, alguns grupos ficam excluídos (negros e pobres). Surge então, o prejuízo que nada mais é que –a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo|| (FERNANDES, 1981, p. 40). Sobre isso, Gregório (2012, p. 96) enfatiza que as classes sociais não conseguiram se

¹⁵As formações histórico-culturais são embasadas (nas bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), que não são simples produtos de diferenças de contexto sociocultural ou de tempo histórico. Por mais que esses dois aspectos pareçam contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina. A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. (FLORESTAN, 1971, p. 39)

dividir de forma adequada ao processo de formação da sociedade brasileira, pois as classes sociais na América Latina falharam por operarem unilateralmente, a fim de preservar e intensificar o privilégio de poucos e excluir os demais, assim –A Revolução dentro da ordem‖ é bloqueada pelas classes privilegiadas e a classe trabalhadora, tentando aprender, realiza a –revolução contra a ordem‖.

Segundo Marques (2018, p. 05), as diferenças das classes produzem um distanciamento da classe trabalhadora e os ganhos sobre a produção, visto que –Ela nasce dissociada das demandas salariais dos trabalhadores e atende, sobretudo, as necessidades modernas de consumo dos setores não-produtivos‖.

As classes sociais não preenchem as funções sociais de pulverizar nem tampouco, a função social construtiva que o capitalismo impõe. –As classes sociais na Europa e nos Estados Unidos, desenvolveram as funções sociais impostas às classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação, conquistando assim, o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes‖ (FERNANDES, 1981, p. 40). As classes sociais da América Latina são tidas como errônea, pois, são executadas de forma unilateral protegendo os mais ricos e excluindo o restante.

Ocorre que devido às más interpretações sobre as classes sociais alguns grupos ficam excluídos (negros e pobres). Surge então o prejuízo que nada mais é que –a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo‖ (FERNANDES, 1981, p.40).

–Essas condições de dependência reforçam esse modelo de desenvolvimento que socializa os custos sociais e privilegia os interesses privados. Além disso, as classes possuidoras só tendem a se proteger contra a estrutura rígida que elas próprias criaram‖ (MARQUES, 2018, p.12).

Nessa situação é visível o descaso em ampliar as interpretações e as inclusões de outros grupos na classe social ou como classe social, sendo que devia ser uma só, e abranger toda a sociedade.

1. 3 CAPITALISMO DEPENDENTE E OS REFLEXOS SOBRE AS SOCIEDADES

A relação de dependência se consome no excesso de bens econômicos, sendo esses mandados para fora, oferecendo um cerceamento de autonomia do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, Florestan aduz a necessidade de uma repaginação da real função do capitalismo presente na América Latina, como também a necessidade de colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, já que –O capitalismo lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional. (FERNANDES, 1981, p. 44)

Marx (2008, p. 14) afirma sobre –A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Florestan Fernandes aponta que o capitalismo dependente é defendido por alguns autores do período colonial e neocolonial¹⁶. Entretanto, afirmou que de fato existem várias formas para o capitalismo dependente, no entanto, se fizer uma breve pesquisa sobre esse assunto se constatará que existem mais semelhanças que diferenças.

Os autores que preferem qualificar o capitalismo dependente como colonial ou neocolonial não se preocupam com esse aspecto, ao mesmo tempo teórico e prático (e que seria central de um ponto de vista marxista), pois se interessam mais pelo impacto emocional do uso dos dois conceitos na oposição nacionalista ou socialista à dominação externa. Ao proceder desse modo, porém, criam uma falsa consciência crítica da situação existente, paradoxalmente simétrica às mistificações anti-radicais, elaboradas por meio das ideologias conservadoras. (FERNANDES, 1981, p.44).

A problemática dessa interpretação incerta dos autores sobre a dependência, bem como o fato dos pré-capitalistas não darem importância às transformações do capitalismo, e ainda demonstrarem indiferença em face da dependência capitalista, tendo-a como soberana, são apontadas por Florestan Fernandes em –Revolução Burguesa como os objetivos dos –independentes, sendo esses não alcançados devido às elites que restaram no país não estarem interessadas no desenvolvimento interno, mas sim no capitalismo, dando apenas importância monetária, privilegiando –Sob o estatuto colonial, não só o controle do poder se operava de fora para dentro; as ‘probabilidades de atuação social das elites _nativas‘ subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que representassem,

¹⁶ O florescimento e propagação do capitalismo monopolista, quando a burguesia atingiu seu ápice no tocante ao poder, potencializando seu caráter autocrático. É a fase da neocolonização suscitada pelas grandes empresas. (LIMA, 2016, p. 133)

dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos. (FERNANDES, 1985, p. 50)

Dessa forma, o que se pretende não é negar a modernidade do capitalismo, nem negligenciar que existe de fato o capitalismo econômico colonial, no entanto, é necessário repensar o cenário que se apresenta atualmente e os aspectos históricos da era colonial, pois -O elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se, de fato, através dos dinamismos jurídicos-político e econômicos dos mercados metropolitanos. (FERNANDES, 1981, p. 46)

Do Carmo (2009, p. 06) explana sobre a transição do colonialismo para o mercado e depois o capitalismo: -Essas duas questões-chaves marcam a transição colonial para a fase em que o mercado dinamiza-se, ou melhor, torna-se capitalista. A produção das colônias não podiam se subordinar puramente capitalistas, pois, essa produção era inteiramente ligada à economia. Nesse ponto, Florestan Fernandes não afirma, se é um tipo, ou forma de produção da colônia, sendo que na verdade o ocorria nessas produções era o fato de às vezes ser pago em moeda e em outras, substituir por algum objeto de valor. Sobre tal assunto, Florestan Fernandes (1981, p.46) enfatiza que -sendo que o trabalho pago tanto era seletivo, com referência a certas atividades de capatazia e administração ou artesanais, quanto chegava a ser um -trabalho em massa, como sucedeu por exemplo nas minas mexicanas. (FERNANDES, 1981, p. 46)

Segundo estudos de Caio Padro Junior (2011, p. 23), quando Juscelino Kubitschek acabou com o formato de industrialização que permitia uma relação com o estrangeiro, apoiou a dinâmica interna do capitalismo dependente. Assim, Florestan afirma que o -mercado e o sistema de produção colonial não atuaram (nem podiam atuar) como fontes da incubação de evoluções econômicas, sociais, tecnológicas e políticas autonomizadoras. (p. 47). Tal afirmação justifica-se pelo fato de não poder negar os princípios da colônia. Dessa forma, o período neocolonial foi marcado pela transferência de poder colonial (da Espanha, Portugal ou Holanda para a Inglaterra e França). Sendo assim, não há como se pautar apenas nas transformações do mercado e do sistema de produção (FERNANDES, 1981, p. 48).

Outro assunto levantado por Florestan Fernandes é o termo -capitalismo maduro na América Latina, onde tem suas raízes no colonialismo antigo, demonstrando depois uma

ruptura¹⁷. Nesse contexto, verifica-se que certa parte é formada pelo dinamismo econômico que vem de fora –da permanente incorporação ao espaço econômico, sociocultural, e político de Nações capitalistas hegemônicas da Europa; de outro, formado pelo dinamismo econômico de dentro –elementos autopropelidos das economias latino-americanas mais avançadas. Em síntese, acredita-se que esses dinamismos não foram suficientes para que a evolução econômica acontecesse; porém, contribuíram de forma única para uma nova realidade. (FERNANDES, 1973, p. 50)

A autora Rachel Do Carmo (2009, p.10) afirma que a evolução do capitalismo aconteceu por três formas: –O que marca estruturalmente as três etapas é a forma de adaptação (precária e induzida) para se constituir o modo de produção capitalista nos países periféricos, conduzida pelos países centrais hegemônicos. Em relação à evolução do capitalismo, Florestan também destaca três momentos: O primeiro se baseia na transição do neocolonialismo que se torna algo forte demais para se resumir naquela economia, torna-se então um capitalismo comercial, e depois gradativamente eclode na Revolução Industrial. –Os três momentos indicados mostram como as diferentes crises de formação e de desenvolvimento afetam por igual os dois fatores (FERNANDES, 1981, p. 51).

A aglutinação dos dinamismos internos e externos se efetivou de formas diferentes em algumas sociedades nacionais em que o capitalismo se implantou com a incorporação rápida completa, ou não, no espaço econômico, sociocultural e político das sociedades nacionais hegemônicas, que por sua vez aumentaram as probabilidades dessa efetivação, variando conforme as novas condições e combinações. (FERNANDES, 1981, p. 52-53)

Sobre a burguesia (ou não burguês) as análises de Do Carmo (2009, p. 08) afirmam que mesmo com a dúvida sobre a existência do burguês ou não no Brasil, conclui-se ao menos o seguinte: –Não obstante, os laços sociais que caracterizam o regime senhorial,

¹⁷ A descolonização nunca pode ser completa porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira. Contudo, quando a revolução burguesa se torna estruturalmente irreversível, ela sedimenta um mundo capitalista inconfundível, que possui duas faces igualmente essenciais para a existência e a sobrevivência do capitalismo na América Latina. De um lado, os dinamismos econômicos que procedem de fora, da permanente incorporação ao espaço econômico, sociocultural, e político de Nações capitalistas hegemônicas da Europa (e, mais tarde, dos Estados Unidos). Esses dinamismos não criam toda a evolução econômica, mas sem eles as transições apontadas não ocorreriam (pelo menos, não ocorreriam na forma indicada e segundo os ritmos históricos conhecidos). De outro lado, os dinamismos econômicos que nascem a partir de dentro, dos elementos autopropelidos das economias latino-americanas mais avançadas. Esses dinamismos também não criam toda a evolução econômica, mas sem eles as realidades do mundo colonial e do mundo neocolonial ainda estariam presentes. Não existiriam economias nacionais na América Latina, viáveis ou inviáveis, e a revolução burguesa, como um ciclo de transformação interna de tais economias, nunca teria transcorrido. (FLORESTAN, 1971, p. 50)

principalmente no modo de ser colonial e o status social que isto repercute ainda permanecem presentes intencionalmente pelas elites consolidadas e pelas elites em ascensão (burguês)». A burguesia continuava com sua influência majoritária e seu poder, resistindo a plebeização e fomentando da classe dos proletariados, e assim, rejeitando a democratização.

A autora Rachel Do Carmo afirma que a evolução do capitalismo se deu por três formas: -O que marca estruturalmente as três etapas é a forma de adaptação (precária e induzida) para se constituir o modo de produção capitalista nos países periféricos, conduzida pelos países centrais hegemônicos (2009, p.10).

Em relação à evolução do capitalismo Florestan também destaca três momentos: O primeiro se baseia na transição do neocolonialismo que se torna algo forte demais para se resumir só naquela economia, torna-se então um capitalismo comercial, e depois gradativamente eclode na Revolução Industrial. -Os três momentos indicados mostram como as diferentes crises de formação e de desenvolvimento afetam por igual os dois fatores (FERNANDES, 1981, 51).

Protegendo-se contra as ameaças mais fracas, as burguesias latino-americanas condenaram-se à impotência diante das ameaças mais fortes. Não foi, nem é tão difícil excluir ou silenciar os setores destituídos e as classes pobres, marginalizando-os dentro ou fora da ordem social competitiva. Como inibir ou controlar os dinamismos desencadeados pelas economias hegemônicas em uma economia dependente? Essa questão foi ignorada ou mal respondida pelas burguesias da América Latina, mesmo as mais patrióticas e nacionalistas. (FERNANDES, 1981, p. 58)

Dessa maneira, ao invés de ir cedendo ao poucos devido às evoluções externas, a burguesia finge uma oferta de -paz», enquanto fomentava e fortificava o capitalismo dependente para usar como arma em uma revolução nacional, já que -[...] ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem, significado ou consequências coloniais, diante das quais as ‘desigualdades de classe’ têm o caráter de uma *conquista democrática*. (FERNANDES, 1981, p. 59)

A revolução burguesa no Brasil, segundo Florestan, obteve dois resultados, sendo o -imperialismo econômico» e o -capitalismo dependente», que foram os marcos mais importantes do capitalismo maduro internacionalmente reconhecido. Sobre tal assunto, Motta (2013, p. 16) afirma contrário ao que Florestan Fernandes aduz sobre a revolução burguesa:

A revolução burguesa teria conduzido o Brasil, portanto, à transformação capitalista, mas não à esperada revolução nacional e democrática. Na ausência de uma ruptura enfática com o passado, este cobra seu preço a cada momento do processo, em geral na chave de uma conciliação que se apresenta como negação ou neutralização da reforma. A monopolização do Estado pela burguesia – tanto econômica, como social e política – estaria na raiz do modelo autocrático, da –democracia restrita que marca o século XX brasileiro.

O capitalismo dependente conduz a sociedade de classes através da formação histórico-social. Assim, [...] ele oferece ao regime de classes uma base econômica que reproduz, aos níveis de organização da sociedade, da cultura e do poder, a realidade estrutural e histórica do capitalismo dependente (FERNANDES, 1981, p.60). O capitalismo dependente provoca duas vertentes: o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político, provocando uma junção do arcaico ao moderno.

Florestan afirma que em um primeiro momento a ordem social se dá através da reprodução dos estamentos privilegiados de origem colonial, e promovem o encontro dos representantes estrangeiros como os coloniais. Já a segunda –fase da ordem social é a influência a conciliação das funções classificadoras das classes. E por último a ordem social tem função inclusiva, e revela as características que se deve ter para se relacionar na sociedade através dos conceitos do capitalismo das colônias. Em relação a esses momentos o autor pronuncia que esses só reafirmou que o capitalismo dependente não consegue a formação de uma sociedade de classe voltada ao dinamismo, tampouco, duradoura (1981, p. 62).

Para Motta (2013, p. 121) a ordem social competitiva foi algo marcado pela abolição da escravidão e com isso aconteceu a transição para a dominação social: –A emergência da ordem social competitiva – no momento da abolição da escravidão – é o início da transição para o regime de classes no Brasil, pois ainda que carregados de elementos tradicionais a competição e o mercado já apareciam como fatores de classificação social.

A segunda guerra mundial por sua vez cria duas vertentes sobre a modernidade colonial, formando apenas um sentido revolucionário, sendo esse –um período de crise, de descoberta do que o capitalismo dependente reserva aos povos latino-americanos e de cruel desilusão: às euforias das ‘vias próprias’ de superação do subdesenvolvimento (FERNANDES, 1981, p. 64). Nesse sentido pode-se afirmar que o socialismo provoca influências nos revolucionários que ansiava pelo capitalismo não dependente. Em relação às classes sociais tradicionais, isto é, tradicionais em suas peculiaridades, já que cada um

tem sua tradição, Florestan Fernandes levanta um ponto interessante em relação à ordem social:

Classificando-as dentro da ordem social competitiva, essas classes não só absorveram a parte que puderam concretizar da –condição burguesa, como se viram estruturalmente condicionadas a aumentar sua participação econômica, sociocultural e política na direção do –estilo de vida burguês e da –concepção burguesa do mundo (FERNANDES, 1981, p.67).

Assim, segundo o autor, ressalta-se que esse processo histórico das classes sociais na América Latina, revelou-se sociologicamente através da –democratização da renda, a –secularização da cultura, a –urbanização, a –industrialização (FERNANDES, 1981, p. 67). Nesse contexto apresenta-se um conceito sobre a burguesia segundo Vieira (2017, p. 2015) ao entender que –um capitalismo supostamente desenvolvido, em vias de tornar-se imperialista — cuja gênese remonta ao escravismo colonial —, a revolução brasileira se traduz no programa de uma revolução socialista.

A problemática que se destaca neste momento é a –modernização e a –pós-abolição que a ordem social adquiriu com mais deficiência com a inserção do negro na sociedade, pois segundo Motta (2013, p. 122):

Ao analisar a competição no mercado de trabalho percebe-se uma diferença crucial entre os possíveis vendedores da força de trabalho no Brasil: os imigrantes que chegavam em massa no país e os negros, ex-escravos e libertos. Destaca-se a dificuldade do negro (ex-escravo) de se integrar a essa nova ordem social. A abolição não garantiu que a massa de ex-escravos fosse colocada sob a forma contratual de trabalho, e os efeitos da concorrência não foram assimilados pelos negros, que tiveram dificuldades de adaptação com a nova lógica de trabalho (MOTTA, 2013, p.122).

Devido diversas opressões, a burguesia se vê em uma situação –emergente, sendo assim, solidificam cada vez mais a sedimentação da produção, privilegiando-se através destas formas para cercear o direito das famílias que não são possuidoras, sobrepondo-se as classes. Dessa forma, no intuito de se –prevenir, a burguesia organiza-se através de –votos dos membros das famílias, uma vez que a família descia, eles seguiam, em razão disso –são forçados a usar formas estamentais de autoproteção, de cooperação e de solidariedade, na defesa de interesses de classe e de formas de solidariedade de classes típicos (FERNANDES, 1981, p. 68). Assim, as classes mais baixas eram obrigadas a defender que a burguesia traziam-lhes benefícios, manifestando-se de várias formas como, por exemplo, na má condição de trabalho (era bem parecido com a escravidão), os salários eram baixos e muitas das vezes lhe eram negados. Enfim, a conquista do –trabalho livre

trouxe mais cerceamento às classes baixas desconceituando totalmente o objetivo da sociedade (FERNANDES, 1981, p. 69).

Em face dessa ruptura de funções, a burguesia se defende forjando uma falsa ilusão de igualdade da classe baixa¹⁸, continuando assim, a sociedade ligada inteiramente no capitalismo dependente enfatizado ainda mais na desigualdade social, econômica e política (FERNANDES, 1981, p. 70). Nesse momento o patrimonialismo ganha destaque, aproveitando-se da burguesia, tomando lugar nas administrações do governo devido à falta da imposição na época colonial. Com isso, a ordem social se afunilou ainda mais para beneficiar a burguesia, tornando-se sem valia os dinamismos tradicionais, pois, o que valia era quem possuía mais bens (Idem, p. 71).

Pela mesma esteira de ideias, Motta (2013) concorda com Florestan Fernandes em não haver nova ordem social competitiva, pois era totalmente desigual e a burguesia ignorava as formas de classes e a consideração do negro como membro da sociedade:

O capitalismo brasileiro se desenvolvia reiterando um processo de segregação social, Florestan ao estudar o processo brasileiro percebe uma relação do regime de classes com a questão racial. Por isso, ao longo da sua trajetória vai avaliando como o ex-agente do trabalho escravo foi sendo incorporado ao regime do assalariamento. A tese central, como já dito anteriormente, é que as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho -livre a -raça ainda era usada como um fator de ajustamento social. A reflexão sobre a herança escravista é um fator essencial para a análise da sociedade de classes feita por ele, e é um dos elementos que explicam o porquê do padrão de desenvolvimento dependente perpetuar com as relações -tradicionais (MOTTA, 2013, p. 124).

Todavia, o problema segundo Florestan não é o de não ter dinamismo, mas sim de como o dinamismo se formou na América Latina, pois -Os esforços realizados na América Latina para ‘manter’ e ‘aperfeiçoar’ a ordem social competitiva, são equivalentes que os esforços feitos na Europa ou nos Estados Unidos com os mesmos fins (FERNANDES, 1975, p. 84). Porém, é necessário que esses dinamismos se afunilem para a vertente de dinamismos interno e externo, conforme já dito pelo autor e citado anteriormente neste trabalho, visto que nenhuma sociedade se solidifica e se torna uma superpotência apenas com dinamismos internos. Portanto, Florestan afirma que os problemas relativos ao dinamismo de uma sociedade existem e sempre irão existir, e cita como exemplo a desigualdade de classes (FERNANDES, 1981, p. 72-73).

¹⁸ Nesse contexto Florestan Fernandes afirma que por mais que a classe média estivesse inserida nesse ciclo vicioso de exploração e desigualdades, ela foi menos afetada que a classe baixa (FERNANDES, 1975, p. 70).

Em se tratando de dinamismo Florestan aborda duas consequências relativas ao dinamismo da situação latino-americana, sendo:

[...] os dinamismos da ordem social competitiva, em uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, em qualquer das fases de sua formação e evolução, são dinamismos que reproduzem o crescimento e o desenvolvimento por associação dependente e por incorporação. Por isso, embora os fatores internos sejam essenciais para qualquer processo de crescimento e de desenvolvimento, pois deles dependem a eficácia e o progresso dos dinamismos externos, são os dinamismos externos que –decidem as transformações decisivas (especialmente quando está em jogo a manutenção de um —nível ótimo de crescimento interno ou a realização de transições que requerem modelos mais complexos de desenvolvimento associado e dependente) (FERNANDES, 1981, p. 76).

Consequentemente com a grande influência advinda do dinamismo externo, surge a segunda questão que é o descaso com o crescimento econômico nacional, pois para Florestan (1981, p. 77) –[...] o crescimento e o desenvolvimento por associação dependente e incorporação impõem um limite à integração nacional da economia, da sociedade e da cultura. Sobre isso, Cardoso (1996) afirma que a questão do dinamismo é de forma externa e é mais difícil de delimitá-lo, assim, o dinamismo interno seria mais viável devido o limite de culturas:

Entende que se trata de incapacidade de produção cultural autônoma, devida a debilidades de natureza institucional, por sua vez decorrentes da organização política "interna" e das relações sociais que a conformavam. Por isso, a dependência cultural é identificada como sendo provocada pelo próprio país dependente, que, em determinadas circunstâncias, sente "a necessidade de apelar para os centros exógenos de produção do saber racional". Deste modo, a falta de produção intelectual criadora, original, autônoma é pensada fundamentalmente como decorrência da herança cultural e social da nossa sociedade, por sua origem na aristocracia agrária (CARDOSO, 1996, p. 20).

Florestan Fernandes sobre as classes, afirma que seria possível vencer a desigualdade (a burguesia), através de dois aspectos: Vencendo a ordem social das classes, (contra a ordem), ou mudando a ordem (lutando a favor da ordem mais com outros ideais), por isso, o dinamismo interno entre as classes é algo necessário e que talvez seja possível uma universalização das ideias¹⁹.

As condições das classes baixas como classe era algo incoerente, pois, agiam em detrimento ao interesse das classes altas, vivendo em situação de semiexploração, isso se

¹⁹Através dessa perspectiva é possível visualizar um grande prejuízo às classes –baixas, pois a levavam a uma situação cronicamente debilitada em suas potencialidades de agirem como classes através dos próprios dinamismos que determinam a configuração e a evolução da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente. Esses dinamismos convertem a classificação pelo trabalho (e suas implicações socioeconômicas, culturais e políticas) em uma espécie de privilégio degradado, de –segunda grandezal, que induz os assalariados reais ou potenciais a absorver as ilusões e algumas das expectativas de existência social inerentes à –condição burguesa. (FERNANDES, 1973, p. 79)

dava porque aceitavam de forma coercitiva a forma de trabalho. Portanto, o -conformismo|| das classes menos favorecidas se dá por não haver forma de igualar-se e assim, promover uma aliança com as classes altas, resultando ora no conformismo, ora em uma revolução contra a ordem social.

A ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida desgasta as —massas trabalhadoras||, a —gente pobre|| e as —classes operárias||, reduzindo a quase nada suas potencialidades de canalizar institucionalmente seus anseios de reforma social ou de mudança social progressiva (FERNANDES, 1981, p. 80).

O fomento maior nesse contexto é que as classes baixas são instigadas a não -reinventar||, isso porque segundo Florestan a ordem social competitiva não possui força suficiente para movimentar-se, pois, haveria consequências árduas devidas ao capitalismo dependente: -A ordem social competitiva funda-se de tal maneira em desigualdades extremas e nas barreiras que permitem mantê-las|| (FERNANDES, 1981, p. 81).

Afirma Florestan que a ordem social competitiva da América Latina promovem além das desigualdades de classes, a um meio de ser sempre vinculada ao capitalismo dependente (p.82). Motta ainda afirma mais sobre a ordem social competitiva: -Essa camada social que não se integrou à relação contratual e ao trabalho livre será um elemento a mais para a continuidade das condições de trabalho pré-capitalistas, da superexploração²⁰|| (2013, p.127).

Segundo Florestan Fernandes as classes sociais latino americana ainda possui muitas deficiências para que possam ser identificadas como o capitalismo clássico. -Na verdade, o processo tende a criar economias, sociedades e culturas homólogas aos modelos originais, mas para funcionar sob o seu controle indireto, sob sua contínua influência e para o seu proveito|| (Idem, p.83).

Tendo em vista que o capitalismo dependente presente na América Latina cerce o dinamismo externo, aproveitando mais o dinamismo interno para supervalorizar interesses próprios da alta sociedade, sempre vão depender do dinamismo externo para se evoluir querendo ou não: -Ele afeta todos os ritmos estruturais, dinâmicos e históricos da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente, dinamizar a autonomização progressiva

²⁰ O regime ou sistema capitalista de produção desenvolve duas grandes formas de exploração que seriam o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador. O aumento da força produtiva do trabalho ocorreria quando, no mesmo tempo e com o mesmo gasto de força de trabalho, houvesse maior quantidade produzida. Já a maior exploração do trabalhador se caracterizaria por três processos, que poderiam atuar de forma conjugada ou isolada, representados pelo aumento da jornada de trabalho; pela maior intensidade de trabalho, sem a elevação do equivalente em salário; e pela redução do fundo de consumo do trabalhador (MARINI, 1973, p. 95).

dos processos de inovação econômicas, sociocultural e política (FLORESTAN, 1981, p. 84).

O autor Martins (2006) faz uma análise sobre a deficiência do crescimento, e o ciclo de pobreza apontando como fatores:

A indústria da América Latina era antiquada em termos de diversificação na produção de bens e sem integração com setor de exportação de matérias-primas e inapta na propagação tecnológica para outras áreas da economia. O excedente na mão de obra desprivilegiada resultantes de uma de uma economia exportadora de matérias-primas com baixo nível de desenvolvimento tecnológico. A falta de dinamismo tecnológico resulta em um aumento de custos na produção que são repassados ao preço final, acarretando na prostração da formação de um mercado interno nos países periféricos. O ritmo de absorção do progresso tecnológico e o aumento da produtividade eram consideravelmente menores nas economias da periferia do que nos países industrializados do centro, o que - como pressuposto - já traria uma diferença abissal entre a geração de renda favorável a estas (MARTINS, 2006, p. 158).

A partir do conceito proposto por Martins (2016) é notório que os países da América Latina ainda não estavam preparados para a evolução capitalista, sendo assim, não saberiam comercializar os produtos brutos extraídos de seus países, com exceção dos Estados Unidos que não seguiram a mesma vertente dos demais países latino americanos. Nesse impasse sobre o dinamismo interno, a produção se contradiz e o progresso tecnológico não avança por se utilizar do dinamismo interno, provocando uma deficiência no crescimento econômico, assim, -as classes privilegiadas (entendendo-se no conceito os interesses de classe tanto _internos_ quanto _externos_) tendem a definir sua posição diante da modernização em termos de uma relação mercantil. (Idem, p. 85)

Para Vieira (2017, p. 219), os dinamismos externos eram pouco utilizados no capitalismo sul americano: -O capital estrangeiro vinculava-se ao modelo primário exportador, no momento seguinte avançava sobre o processo de industrialização pesada, impondo, necessariamente, um processo de acumulação dirigido para o exterior, agravando os desequilíbrios externos. (Idem, p. 219)

Desse modo, as classes latinas americanas se modernizam apenas em detrimento de interesses às classes altas, visto que -As classes excluídas das posições privilegiadas não adquirem experiência e maturidade sobre a natureza e as consequências das _decisões modernizadoras_ (p. 86). Assim, as classes baixas recebem essas decisões de modernidade como verdadeira e benéfica para a sociedade, quando na verdade são utopias geradas para privilegio dos mais -possuidores. Dessa maneira, Fernandes (1981) revela: -Então, se as decepções e frustrações coincidirem com a constituição de movimentos sociais reformistas

ou revolucionários, o desmascaramento em termos de classe ou de interesses nacionais desencadeia novos dinamismos reativos, agora dotados de funções sociais construtivas.

Motta (2013, p. 128) refere-se à revolução burguesa como uma afirmação da elite como classe dominante do país:

A afirmação da revolução burguesa no Brasil – com a reciclagem dos privilégios das classes dominantes e a afirmação da segregação social e racial como componente para o processo de crescimento – e as possibilidades de trabalho que se abria com a expansão capitalista no país era vista pelos despossuídos como a melhor forma de saírem da situação precarizada em que se encontravam (MOTTA, 2013, p.128).

As classes baixas têm a modernidade como algo ruim e perigoso para a sociedade, pois, sempre que a modernidade se mostra, é em benefícios para as classes mais altas, sendo assim:

Por isso, embora suas percepções da realidade sejam confusas e suas posições de classe não favoreçam a passagem à oposição efetiva —dentro da ordem, a inquietação latente orienta as classes —baixas contra o subdesenvolvimento, pelas vias que se tornem exequíveis (a demagogia, o populismo, o partido —oficial, ou movimentos realmente de classes, de teor reformista ou revolucionário) (FERNANDES, 1981, p.88).

Devido ao ciclo que as classes altas inserirem como verdadeiro mesmo sendo falso o sentido de que o proletariado só trabalha e o capitalismo dependente com sua modernidade, prejudica as classes sociais, e assim não reparam que algo está errado, centralizando apenas na interpretação de que o capitalismo é ruim, pois —As ideologias e utopias —desenvolmentistas‘ preenchem as suas funções, dinamizando atitudes, comportamentos e orientações de valor inspiradas em expectativas de —revolução dentro da ordem‘ (Idem, p. 88).

Na obra —Revolução Burguesa, Florestan Fernandes explica que a —evolução do capitalismo na colônia foi algo bom, —Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização (1985, p. 41-42). Assim, as classes pobres nunca ficavam com dinheiro, quando muito, ganhavam comida.

Lênin (2005) acredita que o desenvolvimento capitalista de forma desigual segrega as classes devido ao desequilíbrio do desenvolvimento. Ainda para o autor, não poderia ter sido desenvolvido tão rápido, pois, deixa de lado várias questões sociais:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua

a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável (LÊNIN, 2005, p. 26).

Mesmo com tantas deturpações sobre a ordem de classe, os grupos prejudicados não buscam se recompensar: -[...] articular contra-ideologias e contra-utopias efetivamente calibradas sobre a ‘revolução contra a ordem’ em termos de criação de alternativas capitalistas. Ocorre que essas violações do capitalismo dependente imposto pelas classes mais altas, sendo isso de difícil percepção, ainda mais em um grupo calejado pelas desigualdades, -que foram vencidos pelo cansaço, -Ignoram os laços que os prendem indissociavelmente aos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos externos e trabalham, de fato, por novas alternativas de incorporação dependente (Idem, p. 89).

Florestan Fernandes (1981) afirma que uma revolução opondo-se a ordem das classes seria uma forma de parar com violações de direitos e igualdades, pois -Só a ‘revolução contra a ordem’, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista (p. 90). Assim, seria possível uma proteção das classes menos favorecidas e um dinamismo econômico, social e político eficaz, provocando mudanças.

Dessa perspectiva, é possível entender-se por que a ordem social competitiva não se tornou instrumental, sob o capitalismo dependente é a sociedade de classes subdesenvolvida, quer para a revolução nacional, quer para a autonomização do padrão de desenvolvimento capitalista. A revolução nacional requer, mesmo sob o capitalismo, algum modo de entendimento social e de comércio político entre as classes. Ao bloquear ou ao deprimir as classes -baixas, as classes privilegiadas reduziram o alcance e a variedade dos interesses de que se tornaram porta-vozes e donos da verdade (falsa) (FERNANDES, 1981, 92).

O benefício que as classes altas e médias receberam em detrimento de seus artífices foi bom em alguns aspectos, porém, quando se vive em sociedade não é fácil crescer sozinho, sendo isso já afirmado por Florestan durante toda sua obra aqui discutida, depende, portanto, de uma sociedade igualitária para o crescimento nacional, a fim de proporcionar o bem-estar a todos, uma vez que -A ordem social competitiva só foi eficaz para o privilegiamento das classes ‘altas’ e ‘médias’, a contínua renovação de um padrão dependente de desenvolvimento capitalista e a reprodução, em níveis crescentes. (FERNANDES, 1981, p. 93)

Em suas análises Carminati (2009) afirma que estando em um país que não possui características oficiais de burguês, se torna burguês como se nato fosse:

De um lado, como se pode falar de burguesia, ou de burguês, em um país que não possuiu nem castelo nem burgo? De outro, entretanto, não teria surgido aqui o burguês com a implantação e o crescimento da grande lavoura durante o período colonial? De fato, nem um nem outro: nem a ausência de um passado feudal justificaria a inexistência do burguês como agente social e econômico, nem este teria surgido com a implantação do sistema colonial (CARMINATI, 2009, p.3).

Nesse contexto Florestan Fernandes afirma que quando a sociedade de classe se firma no capitalismo dependente, estas têm definições próprias de economia, sociedade e política, tornando mais difícil a proteção dos grupos mais vulneráveis, pois, ignoram a universalidade, haja vista que –Essa ordem, por sua vez, condiciona e regula os dinamismos de funcionamento e de evolução da sociedade de classes que a engendra, vinculando-a, de modo permanente, a padrões dependentes de desenvolvimento capitalista e a estados crônicos de subdesenvolvimento. (1981, p. 95)

Carminati (2009, p. 04) ainda afirma que –trata-se de compreender a transformação dos vínculos coloniais no ‘capitalismo dependente’, e as consequências socioeconômicas e políticas, em especial para a constituição da dominação burguesa. Assim, em conclusão a esse assunto, Florestan arrazoa que o capitalismo dependente de sociedades de classes é algo muito frágil, sendo a solução algo basicamente inflexível: –As estruturas de poder precisam ser reajustadas às frustrações, tensões e conflitos desencadeados pela intensificação da modernização, da apropriação repartida do excedente econômico nacional e da espoliação do trabalho (FERNANDES, 1981, p. 97). Repensar a ordem em que o Brasil foi constituído, seria uma alternativa para refrigerar os conflitos de classes.

2.4 AS CLASSES E O PROBLEMA DE INTERPRETAÇÃO

Florestan Fernandes enfatiza que a revolução contra a ordem é única forma viável para a –libertação da classe pobre. Assim, essa revolução em que a população menos favorecida busca solução para seu –cansaço econômico não é algo simples, é possível, pois, Cuba é exemplo disso: –A sua vantagem reside na ruptura total com os fatores e efeitos da dependência e do subdesenvolvimento, sob o capitalismo e a sociedade de classes. Ocorre que as classes sociais mais baixas nunca tiveram a chance de participar dos processos da ordem social, assim, torna-se algo novo e ao mesmo tempo uma tarefa difícil devido a não experiência, sendo necessário –Requer diferentes formas de dominação e de liderança, que operam em vários níveis das ações e das relações sociais e que

envolvem, em cada nível, poder social, poder social orientado politicamente e poder especificamente político (FERNANDES, 1981, p. 100).

De modo geral, portanto, os requisitos políticos do desenvolvimento capitalista e das relações de classe reaparecem no –mundo burguês da periferia. Com uma diferença notória apenas: o elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social. Por causa da dependência e do subdesenvolvimento das sociedades de classes, a estrutura do comportamento político do desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente –democráticos (ao menos deveria ser democrática), –autoritários e –autocráticos, o mesmo sucedendo com as –relações pacíficas entre as classes sociais (FERNANDES, 1981, p. 102).

O ponto aqui citado sobre os elementos políticos diz respeito aos reflexos autocráticos e autoritários que as classes altas exerciam sobre as classes baixas, uma vez que –A sociedade de classes repousa em um sistema de poder relativamente aberto e democrático (pelo qual se organiza e se perpetua a dominação burguesa). Nesse sentido, é notório o interesse das classes altas em ter seus privilégios assegurados. (FERNANDES, 1981, p. 104)

À classe trabalhadora, atribuía a função de vanguarda na tarefa de defender a escola pública, gratuita e laica. Para o intelectual, a condição de classe dos trabalhadores conferia a eles a condição de críticos da realidade social e da educação brasileira. Para as camadas sociais mais pobres, a educação se apresentava como meio para atingir fins essenciais na reprodução de suas existências e na luta e conquista por direitos sociais. Entretanto o modo como ela estava organizada impedia a realização de tais fins. Por isso deveria ser ela a primeira a sair em defesa da educação pública.

Segundo Sodré (1990) as diferentes maneiras de visualizar as dimensões em nível universal e na dimensão latino americana.

Assim, na dimensão universal trata-se do processo de acumulação primitiva, quando eram vigentes as formas pré-capitalistas do capital — no caso, o capital comercial. Mas, na dimensão americana — sul-americana, no caso — trata-se de escravismo puro e simples (SODRÉ, 1990, p. 12).

–O que é importante, nesse quadro geral, é a tendência predominante a preservar o superprivilegiamento de classe, apesar (ou através) da constante reformulação constitucional das relações autocráticas e autoritárias (FERNANDES, 1981, p. 106). Florestan Fernandes afirma nesse trecho que as mudanças com o presidencialismo e a monarquia constitucional, não contribuíam em nada para mudanças das sociedades de classes, pois, as elites ainda continuam no poder através da política.

Esse padrão de hegemonia burguesa é um produto do caráter dependente e subdesenvolvido da economia capitalista. A importância que nela adquirem os agentes econômicos estrangeiros e os pólos econômicos externos reflete o padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Doutro lado, a articulação quase mecânica de interesses setoriais potencialmente divergentes (e por vezes em

conflito real), unidos pela defesa de privilégios análogos, reflete não só a existência, mas a persistência do subdesenvolvimento (FERNANDES, 1981, p.107).

O poder político ainda estava com as classes altas e médias, pois conforme Sodré (1990, p. 14) –Os que permaneceram fiéis a ideais humanitários ou a princípios radicais acham-se intimidados, praticamente isolados e marginalizados. Assim pode-se afirmar que em uma análise a essas obras de Florestan Fernandes, alguns aspectos se destacam, segundo Saes (2001, p. 19):

Mirar-se hoje no exemplo intelectual de Florestan Fernandes implica: a) reafirmar a legitimidade do trabalho de interpretação macrossociológica do processo histórico brasileiro e incentivar a aparição de novos esquemas interpretativos, bem como contribuir para o cotejo das suas diferenças; b) reconhecer que essa empreitada está longe de significar a deslegitimação de todo — sempre necessário — de investigação empírica ou microssociológica (reconhecimento esse que não acarreta, esclareça-se logo, concordância com as premissas teóricas de todo trabalho desse tipo); c) valorizar a interação dinâmica entre esses dois tipos de trabalho (p. 19).

O que ocorre no capitalismo dependente nas classes sociais é que o dinamismo formado na América Latina é mais interno que externo. Assim, a emancipação social das classes baixas é algo lento e difícil, já que –O superprivilegiamento de classe vem a ser o calcanhar de Aquiles da ‘revolução burguesa’ sob o capitalismo dependente. Essa afirmação de Florestan Fernandes nada mais é que a forma que as classes altas encontraram de continuar sendo privilegiadas, visto que –O que hoje poderia eclodir como uma ‘negação da dependência e do subdesenvolvimento’, amanhã eclodirá como uma afirmação do socialismo. Doutro lado, o radicalismo reformista, burguês ou pequeno-burguês, perdeu viabilidade histórica. (FERNANDES, 1981, p. 110)

Em relação ao crescimento do país, Lima (2016, p. 25) afirma que –A apropriação dual do excedente econômico, de dentro, pela burguesia nacional, e de fora, pelos países imperialistas, acrescida da sobrevivência de relações pré-capitalistas, deixa pouca margem para veleidades democráticas de nossa burguesia.

Como se pode visualizar, a problemática sobre as classes sociais e sua interpretação ainda é algo de suma importância devido o contexto histórico no qual a América Latina se formou e os reflexos do capitalismo dependente que se perdura até nos dias atuais. Sendo assim, necessário enfatizar que, uma sociedade em desigualdade social, se perpetua no desequilíbrio.

As questões relevantes para a análise da formação do regime de classes no Brasil passam, portanto, pela subordinação aos centros externos, pela relação do –arcaico com o –moderno (pensando as tradições patrimonialistas e

autoritárias), a formação de atores sociais coletivos, a inserção econômica desses atores e sua dinâmica nas relações de produção (MOTTA, 2012, p.4).

A importância de trabalhar essas duas obras e reflexões de Florestan para essa pesquisa residem no fato da sua atuação política e militância serem reflexos do seu pensamento da problemática que se coloca através das duas obras pesquisadas em relação ao desinteresse da classe dominante em colocar a educação como algo essencial rumo a uma igualdade social. Portanto, constata-se que não há interesse da elite dominante para uma educação de qualidade visto que a busca é pela permanência do poder e interesse próprio. Essa militância e percurso político de Florestan no campo da educação, guarda estreita relações com as suas reflexões que aparecem nas duas obras pesquisadas. Nessas obras Florestan demonstra o surgimento do desinteresse dessa elite, pois vigora sempre o interesse interno, e os externos são vinculado ao comércio exterior.

III- A INFLUÊNCIA DE FLORESTAN FERNANDES NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA INTITULADOSOCIOLOGIA HOJE

Neste capítulo será analisada a influência de Florestan Fernandes no livro didático –Sociologia Hojell, utilizado no município de Paranaíba-MS para a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Portanto, esse trabalho busca compreender o percurso de transformar ciência social em conteúdo para ensinar em sala de aula na educação básica.

3. A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO

Na contemporaneidade a educação em relação à didática pauta-se na atribuição da importância do livro didático. Isso ocorre, devido ser uma proposta do capitalismo à educação. Vale ressaltar que Comenius no século XVII, apontava como educação moderna uma escola universalizada, escolhendo os livros –pan-metodicosl como instrumento de agregação de conhecimento.

Segundo Almeida (2014), Comenius criou a escola moderna e elegeu os livros como método de conhecimento:

Comenius está na origem da escola moderna. A ele, mais do que a nenhum outro, coube o mérito de concebê-la. Nessa empreitada, foi impregnado pela clareza de que o estabelecimento escolar deveria ser pensado como uma *oficina de homens* (ALMEIDA, 2004, p. 81).

Almeida afirmava ainda que: –O manual didático deveria resumir um programa de conteúdos informativos, dispô-los em ordem sequencial e condicionar os procedimentos docentes necessários ao seu uso. Enfim, dar a tônica ao trabalho didático (2014, p. 67). Dessa forma, o livro didático foi regulamentado pelo Decreto da Lei de n. 1.006 em 1938. Esses livros eram selecionados por uma pré-lista, ou seja, eram escolhidos os que já estavam selecionados pelo Estado, sendo estes voltados à educação política e ideológica.

No percurso histórico em 1985, com o Decreto de n. 9.154, se normatiza efetivamente o PNLD, sendo responsável pela avaliação rotineira. O PNLD também teria a função de organizar e regular. Já em 1988, com a criação da Constituição Federal (CF) foi normatizado no artigo de n. 208, inciso VII, que o livro é direito de todos os estudantes. O PNLD em 18 de julho de 2017 fundiu-se com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com o decreto nº 9.099. Assim, a nomenclatura fica –Programa Nacional do Livro

e do Material Didático, o mesmo PNLD²¹. Nesse contexto as responsabilidades se abrangem, podendo incluir outras matérias de apoio, além do livro didático²².

Meucci (2014) faz uma crítica ao PNLD, afirmando que os editais (normas de como deve ser os livros) para compra dos livros é um meio de promover as editoras:

Um dos efeitos do PNLD é a imposição de um modelo de livro didático disseminado entre todas as disciplinas e por todo país, repercutindo também nos livros comercializados no mercado, se constituindo como um padrão e, possivelmente, como um selo de qualidade para as editoras que os têm aprovados. (MEUCCI, 2014, p.214).

A crítica de Meucci se dirige à questão econômica promovida pelo PNLD às editoras responsáveis por imprimirem os livros didáticos aprovados; porém, em uma análise atual, o livro didático tem sido bastante utilizado pelos professores, visto que a prática pedagógica torna mais fácil a compreensão pelos alunos, tornando-se um instrumento que oferece conhecimento de forma mais clara. (MEUCCI, 2014, p. 215)

Segundo Souza (2010, p. 128), os livros didáticos fomentam o mercado das editoras:

O exame do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM) aponta para dados quantitativos que evidenciam um movimento significativo das políticas de aquisição de manuais didáticos pelo MEC²³ para distribuição às escolas. Essas políticas, necessariamente, revertem em expressivos lucros das editoras envolvidas. Outra inferência dada pelo quantitativo de manuais distribuídos anualmente às escolas do país é que essa indústria livreira detém o controle monopólico do que entra na escola, em termos desse material, o que, certamente, gera megaoperações financeiras, anualmente, entre o MEC e as editoras.

É imprescindível ressaltar que o livro didático exerce grande importância para o ensino, devido à facilidade de acesso do aluno ao mesmo, em comparação às outras fontes de informação. Porém, é necessário salientar que o professor como intermediador do

²¹O PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. O PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros (Ministério da Educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&, acesso em: 10/03/2018).

²² Os editais deixam claro que os livros didáticos não podem veicular estereótipos e preconceitos (de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem etc.), não podem fazer doutrinação religiosa e/ou política (desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público) nem utilizar material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais. Isso demonstra a influência das análises acadêmicas que, principalmente na década de 1980, enfatizavam os aspectos ideológicos e preconceituosos dos livros didáticos. Ver, por exemplo, Alvim (2010) e Freitag, Motta e Costa (1987).

²³ Ministério da Educação (MEC).

conhecimento precisa ter cuidado para não se abster das demais fontes de conhecimento e se restringir apenas a esse recurso educacional.

A utilização do livro didático como mecanismo auxiliar no processo de ensino-aprendizagem visa provocar no leitor reflexões, uma vez que amplia as opções da forma de pensar e organizar as ideias a partir do contexto em que mesmo está inserido. Sobre esse assunto Antunes (2007, p. 77) diz o seguinte:

As línguas têm em seu comando, pessoas; seres atuantes, sujeitos ativos, capazes de administrar, entre possíveis opções, aquela que mais se ajusta à situação. É preciso, sempre que oportuno, mostrar ao aluno contextos em que ele pode escolher entre uma forma ou outra, entre uma organização ou outra do período, do parágrafo, ou até do texto (ANTUNES, 2007, p.77).

Dado o exposto conclui-se que o livro didático contribui com a docência para melhor explanação dos temas e como os alunos, que de alguma forma, não conseguiram entender o conteúdo, assim, o livro será um apoio. Florestan Fernandes foi um defensor dos livros didático:

Florestan também vai utilizar, como professor, os manuais como recurso pedagógico para se aproximar de seus alunos. Nos anos 70, o cientista social participará de um projeto editorial preocupado em dotar professores e estudantes de um conjunto completo de instrumentos de trabalho didático, que lembrará a sua preocupação em enriquecer os cursos de formação sociológica (IANNI, 1999, p.65).

Outra questão que vale destaque é o fato das mudanças educacionais presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) afirmarem que o livro didático contribuirá com a educação:

É oportuno lembrar que as ações do MEC voltadas para a expansão e melhoria do Ensino Médio, como a proposição do FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Plano de Ações Articuladas (PAR) e vários programas, dentre estes, o Brasil Profissionalizado, o Ensino Médio Inovador, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), vêm criando condições que favorecem a implementação destas Diretrizes. (...) É importante considerar que este parecer está sendo elaborado na vigência de um quadro de mudanças e propostas que afetam todo o sistema educacional e, particularmente, o Ensino Médio, dentre as quais se destacam os seguintes exemplos: (...) VI – a implantação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (DCNEB, 2013, p.23 e 54).

Em relação ao Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM)²⁴ a que o DCNEB se refere, suas modificações dizem respeito também à inserção da sociologia como disciplina, pois, acarretou na criação dos livros didáticos.

²⁴ O PNLD/EM foi instituído pelo MEC, por meio da Resolução nº 38, de 25 de outubro de 2003, como parte da política educacional de ampliação das ações voltadas para a distribuição de material didático aos alunos da educação básica das escolas públicas pelo Estado brasileiro. (SILVA, 2015, p.01)

Sobre isso, o autor Goodson (2013) afirma que mesmo que a nova obrigação da educação básica recepciona a Sociologia como disciplina era passível de mudança, já tinha efetivado o dever:

É fato que, no que diz respeito ao ensino de Sociologia na Educação Básica, as pesquisas precisam se expandir a ponto de incluir as discussões sobre o modo como os livros didáticos são apropriados de diferentes maneiras por professores e alunos. Porém, entendo que as definições prévias de currículo delimitam o debate sobre a própria ação e por isso seria inadequado pensar a prática em sala de aula sem dar atenção aos parâmetros *anteriores* a ela. O currículo pré-ativo promulga e justifica determinadas intenções básicas de escolarização presentes nas instituições. Ele nos proporciona - um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 2013, p.21).

Essas modificações que o autor se refere é de alçada do PNLD que faz uma junção das ideias e analisam os debates. O programa deve expressar essas conclusões nos livros didáticos.

No Brasil o livro didático tem ganhado grande importância, pois se manifesta como um meio de desenvolver a educação e emancipação cultural. Os livros didáticos foram modificados diversas vezes antes de suas versões finais, visto que tinham o objetivo de contribuir para a educação de forma mais proativa. Os livros didáticos representaram um marco nas editoras e métodos deste setor, as quais se mostraram inovadas para atendimento ao grupo escolar (didática simples tanto para o aluno quanto para o educador), conforme arrazoado Desterro (2016, p. 20):

O livro didático no Brasil atinge seu propósito quando estabelece uma forte parceria com o Professor. Juntos eles podem converter em realidade os mais nobres ideais da Educação (DESTERRO, 2016, p. 20).

Observa-se que o livro didático passa por diversas fases até sua versão final. As editoras devem observar a realidade do meio escolar e desenvolver uma ideia baseada nesses pontos. No país cerca de 50 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos recebem o livro didático de forma gratuita nas escolas públicas, assegurando ensino para todos da sociedade. Assim, Desterro (2016, p. 23) aponta que:

O processo de elaboração do livro Escolar é mais complexo do que se imagina. Envolve etapas como a do desenvolvimento de um projeto pedagógico-editorial; elaboração dos originais; avaliação, preparação, revisão e edição do texto original; projeto gráfico; pesquisa iconográfica e de referências para ilustrações; produção editorial e produção gráfica (DESTERRO, 2016, p.23).

Portanto, verificar que os livros tendem a serem didáticos, com linguagem simples para fácil compreensão dos alunos e manuseio dos professores, e coerentes com a realidade em que se vive a sociedade. A máquina capitalista manuseia o comércio do livro didático,

porém, o ensino necessita de material didático como forma de agregação de ensino, assim, as duas propostas apresentadas acima são complementares.

3.1 A Inserção da Sociologia como disciplina e os Livros Didáticos

A disciplina de Sociologia do Ensino Médio estreitou o laço entre cientistas e a escola. Antes da obrigatoriedade da disciplina ocorria muito descaso em relação à utilização da sociologia no meio escolar, visto que a dificuldade de exploração da temática também era encontrada nas universidades. A disciplina de Sociologia contou com vários marcos, até se tornar obrigatória na educação básica. A luta surgiu a partir de 1989:

A proposta de ofertar no ensino ocorreu no governo provisório da República. Alguns anos depois, em 1901, a oferta de tal disciplina não se concretizou e foi banida dos seguimentos de ensino. Em meio a lutas, as ciências sociais colaboraram para que a disciplina de sociologia fosse inserida no contexto do ensino secundário (MEUCCI, 2014, p.133).

Segundo Lopes (2010, p. 47), –a posição da Sociologia como disciplina escolar – isto é, como —um conteúdo que consolida a ocupação de um tempo e de um espaço demarcado na estrutura curricular. Percebe-se assim, que a sociologia sempre foi vulnerável visto que conforme o tempo e desencadeamento político, essa disciplina era esquecida:

Um dos pontos centrais do Plano Nacional de Educação foi a reforma do ensino secundário, iniciada em 40, indo até 42. No ensino secundário é que fica a marca mais profunda e duradoura de Capanema. Foi proposto e desenvolvido um conjunto de atribuições para o ensino secundário no país. Deveria ser humanístico e preparar para a universidade. O acesso dar-se-ia pelo exame de classificação, sendo que poucos tinham acesso a essa modalidade de ensino, quem não conseguia, restava-lhes o ensino industrial, agrícola ou comercial. A escola secundária seria a principal instituição educacional e, por meio dela, formar-se-iam novas mentalidades, criar-se-ia uma cultura nacional comum e produzir-se-ia uma nova elite para o país (COAN, 2006, p.45).

Assim em 1920, o Colégio Pedro II oferecia a disciplina, no entanto, não existia a obrigatoriedade de inserção da disciplina, logo, eram poucas escolas que ofereciam. Em 1925, foi oferecida a disciplina no Pernambuco através do secretário de educação que fez tornar obrigatório no estado, em 1927, em São Paulo algumas escolas adotaram a disciplina, e em Brasília, em 1930. A disciplina ainda não estava em definitivo na grade curricular, mas já contava com alguns estados que se disponibilizaram a enfrentar essa luta que seria a inserção da sociologia como disciplina, essa luta nesse período contou com: Fernando Azevedo, Carneiro Leão e Delgado de Carvalho.

A partir de 1930 houve grandes avanços em relação a inserção da sociologia como disciplina tornando-se obrigatório, se deu através de transformações histórico-sociais da época. Sobre isso, Soares (2015, p. 32) afirma que:

Pouco a pouco a sociologia foi ganhando espaço como disciplina, a reforma de 1925 (Reforma Rocha Vaz) e também a Reforma de Francisco Campos em 1931 a sociologia como disciplina já começa a se destacar nos currículos das escolas normal e preparatória, tornando possível até nos vestibulares de algumas Universidades. Uma das Reformas da Educação Secundária foi proposta por Benjamim Constant, em meados de 1890, na primeira republica mais sem muito sucesso.

Apesar do grande lapso temporal em 1961 a 1971, foram surgindo a fomentação dos cursos na área de ciências sociais: -Os investimentos na institucionalização das ciências sociais foram resultantes de um entendimento das elites dirigentes quanto à função destas ciências, particularmente da sociologia (JINKINGS, 2007, p. 25). Outro fator marcante sobre a sociologia como disciplina foi de 1980 até 1996, visto que a LDB obrigava a inserção da disciplina, mas o governo pouco (ou nada) fazia para fiscalizar as escolas, a fim de verificar o desenvolver da disciplina, ainda, negava recurso para investir na área: -Em 2001 foi aprovado pelo Conselho Nacional à inclusão novamente da sociologia nos currículos escolares, mais o Presidente Fernando Henrique Cardoso (Presidente da época) veta, deixando de forma optativa os estados cobrar essas disciplinas ou não (SOARES, 2016, p. 32).

A LDB contava com normas coatoras sobre o aprendizado dos alunos ao saírem do Ensino Médio, o artigo estabelecia que o estudante ao finalizar tal etapa de ensino deveria -demonstrar domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 2006, artigo 36, parágrafo 1º, inciso II); -No mesmo ano o ministro da educação Fernando Haddad promoveu a aprovação de uma resolução em relação à temática, e em 2008 foi aprovado por lei à obrigatoriedade da disciplina (SOARES, 2016, p. 33).

A Lei de n. 11.684/2008 traz mais obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio, ou seja, deixa de ser sugestivo para ser compulsório. Outro fator que exerceu influência em decorrência da obrigatoriedade dessa disciplina é a demanda por vagas de professores, ademais a disciplina nos dias atuais tem ganhado participações de destaque como, por exemplo, nos vestibulares. (BRASIL, 2008)

Sarandy (2011, p. 65) afirma em seus textos o papel que a Sociologia deve desenvolver nas grades curriculares:

Para compreendermos o sentido da sociologia como disciplina na grade curricular do Ensino Médio deveremos, antes de tudo, compreender os objetivos que por meio dela se pretende atingir. Esses objetivos podem ser divididos em duas classes: os que são específicos para a disciplina e os que não se restringem a ela, indo ao encontro dos que foram traçados para o Ensino Médio a partir da Lei n.º. 9.394, de 1996.

Tendo em vista a obrigatoriedade necessária se fez inserir a Sociologia no PNLD²⁵, reformulando os livros para uma ação científica e pedagógica a partir das diretrizes do PNLD, a escola apresentará duas opções de obras para escolher uma:

É tarefa de professores e equipe pedagógica analisar as resenhas contidas no guia para escolher adequadamente os livros a serem utilizados no triênio. O livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições. Os professores podem selecionar os livros a serem utilizados em sala de aula somente pela internet, no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2015).

Quadro 1: Livro didáticos de Sociologia aprovados no PNLD/2018.

Autor (es)	Título	Edição	Data	Editora
Nelson Dacio Tomazi	Sociologia para o Ensino Médio	3ª	2013	Saraiva
Luiz Fernandes Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa	Sociologia para Jovens do Século XXI	3ª	2013	Imperial Novo Milênio
Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, Raquel Blamant Emerique e Júlia O' Donel	Tempos modernos, tempos de Sociologia	2ª	2013	Editora do Brasil
Sílvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim	Sociologia	1ª	2013	Scipione
Igor José de Renó Machado, Henrique José	Sociologia	1ª	2013	Ática

²⁵Para receber os livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é necessário que a escola pública participe do Censo Escolar do INEP e que a rede à qual está vinculada ou a escola federal tenham feito adesão formal ao programa, conforme preconiza a Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. É importante ressaltar que a adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida. A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros. O FNDE distribui os livros didáticos de acordo com projeções do censo escolar referente aos dois anos anteriores ao ano do programa, pois são as informações disponíveis no momento do processamento da escolha feita pelas escolas. Dessa maneira, poderá haver pequenas oscilações entre o número de livros e o de estudantes. (MEC, 2015)

Domiciano Amorim; Celso Fernando Rocha de Barros	Hoje			
Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cássia Miranda, Fátima Ferreira, João Aguiar, Lier Ferreira, Marcelo Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair de Oliveira, Paula Menezes, Raphael Corrêa, Ricardo Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Estevez e Vinícius Pires	Sociologia em Movimento	1 ^a	2013	Moderna

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70021-edital-pnld-2018-resultado-final-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192, acesso em: 10/11/2018.

A partir da aprovação dos livros didáticos pelo PNLD de 2015, para cada cidade/escola poderá ser eleito um para ser trabalhado. Os livros de sociologia deverão apresentar algumas características específicas: –As obras didáticas de **Sociologia**, Filosofia e Arte deverão ser obrigatoriamente organizadas em volumes únicos, abrangendo os três anos (grifo nosso, Brasil, 2018, p.1). O edital para a escolha do livro ainda define que: –[...] serão compostas de livros consumíveis, podendo ter ou não lacunas e espaços que possibilitem ao estudante a realização de atividades e exercícios propostos no próprio livro (p.02). Ainda deverá ser respeitada a Lei n. 11.684/2008, que inseriu a sociologia como disciplina obrigatória (p. 33):

A partir da leitura destes manuais, podemos, com efeito, compreender se a sociologia fora entendida como auxiliar para a elaboração de um projeto de intervenção política, ou para instituição de princípios de normatização da sociedade e formação cívica, ou para a elaboração de uma consciência científica acerca da vida social entre nós (MEUCCI, 2014, p.2).

O livro didático é fruto da efetividade da sociologia como disciplina a partir do LDB, assim, o PNLD pode propor o livro didático como forma complementar do ensino, trazendo que o livro didático: –constitui em mediador do processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo uma rica conexão entre professor, aluno e conhecimento (PNLD, 2015, p. 08)

Os livros didáticos historicamente fazem parte da institucionalização das disciplinas, haja vista que –O processo de institucionalização de uma nova disciplina científica é composto por um complexo de iniciativas destinadas à definição intelectual e institucional da nova área de conhecimento (MEUCCI, 2014, p. 06). Os princípios e

critérios que deverão ser observados para a aprovação do livro didático da disciplina de sociologia são:

O componente curricular Sociologia representa um conjunto de conhecimentos que se convencionou denominar Ciências Sociais, contemplando conteúdos da Antropologia Cultural, da Ciência Política e da Sociologia. Parte-se, com efeito, do pressuposto de que fenômenos relativos à representação simbólica do mundo, à dominação política e às formas de sociabilidade são indissociáveis e, enquanto tais devem ser abordados em sala de aula. Importante lembrar que os conteúdos do componente curricular Sociologia farão parte do processo de alfabetização científica do estudante. Para a consecução dessa tarefa, é fundamental oferecer uma perspectiva ‘desnaturalizada’ e ‘crítica’ da vida social. Os fenômenos sociais serão, pois, alvo de inquirição e investigação permanente para que o estudante possa pensar de modo mais sistematizado acerca do mundo social e de sua condição neste mundo (INEP, 2018, p.42).

Os critérios de avaliação geralmente não mudam de uma edição para a outra (ano), a referência citada acima são critérios do ano de 2018. A inovação traçada sobre os manuais estão hoje em posse dos alunos. Por serem caros os livros antes serviam como referência para o professor, atualmente os alunos das escolas públicas podem contar com esse instrumento de aprendizado e nas tarefas de casa, bem como estudar para provas. E ainda que os grupos de avaliadores sejam compostos por especialistas das diferentes regiões, a produção dos livros está escandalosamente concentrada no Sudeste. No caso particular de sociologia, a maioria das editoras e dos autores são de São Paulo e do Paraná. Não houve nem um autor ou editora do Nordeste na primeira edição do PNLD. (MEUCCI, 2014, p. 92)

Meucci (2014) aponta algumas críticas na forma do PNLD inserir nesses livros no ambiente escolar, sendo: Primeiramente o estado acredita que os manuais desenvolveriam uma tarefa messiânica, e segundo porque com a nova proposta/reforma do ensino inserindo a sociologia, o livro didático seria a melhor forma de fomentar o pensamento crítico e científico dos alunos:

Um dos efeitos do PNLD é a imposição de um modelo de livro didático disseminado entre todas as disciplinas e por todo país, repercutindo também nos livros comercializados no mercado, se constituindo como um padrão e, possivelmente, como um selo de qualidade para as editoras que os têm aprovados. (MEUCCI, 2014, p. 214)

O fator que pesa muito sobre a função do livro didático da disciplina de Sociologia é que a partir de sua inserção no PNLD, recebe uma visão pedagógica, sendo sua maior dificuldade em manter também, critérios e fatores científicos sociais.

3.2 O livro didático Sociologia Hoje utilizado no município de Paranaíba-MS.

O livro didático –Sociologia Hoje utilizado no Ensino Médio do município de Paranaíba, foi escrito por Higor Machado, Henrique Amorin e Celso Rocha, sendo publicado no ano de 2013. Observa-se que nele são apresentados um conjunto de conhecimentos que contemplam as áreas de Antropologia, Ciências política e Sociologia. Tais conhecimentos são abrangentes, visto que é direcionado pelo pressuposto de que aspectos concernentes aos tipos de sociabilidade, as formas de dominação política e representação do mundo, são imanentes. Sendo assim, é imprescindível que seja interpelado com os educandos em sala de aula. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 02)

Retomando a proposta desse capítulo que traz como objetivo analisar as incidências da Sociologia crítica proposta por Florestan Fernandes presentes no livro didático, observamos que o referido material cumpre o objetivo de aproximar verificações, proporcionar reflexões e apresentar teorias das Ciências Sociais, como mecanismo capaz de proporcionar reflexão crítica ao indivíduo acerca de sua História, do seu contexto social e da sociedade contemporânea em que está inserido.

O conteúdo abordado pelo livro didático visa dialogar de forma reflexiva com a realidade do educando, bem como apresentar a diversidade de conhecimentos e ações sociais e culturais não apenas do seu país, mas de todo o mundo. Existe também a preocupação com a exposição dos conceitos e das atividades que são formuladas com o propósito de causar estranhamentos diante de processos e situações sociais estabelecidas e aceitas sem indagações. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 03)

Ainda alerta para a necessidade de incentivar os jovens a cultivarem uma imaginação sociológica, e não apenas deixá-los limitar-se a questões simplistas que apenas tendem a uma necessidade imediata, como querer aprender somente o que pode cair no vestibular ou na prova do ENEM (MEUCCI, 2014, p. 65). Diante dessa breve explanação geral acerca da composição, conteúdo e objetivo do livro didático –Sociologia Hoje que passaremos a discorrer sobre temas e autores citados e apresentados por esse livro, visto que abrange um vasto conjunto de saberes, que amparam três importantes componentes: Ciências, Ciência Política, Antropologia e Sociologia.

Além da introdução que apresenta –O que é a sociedade? O livro didático –Sociologia Hoje é composto por quinze capítulos, sendo estes divididos em três unidades: Unidade 1: Cultura; Unidade 2: Sociedade; Unidade 3: Poder e Cidadania

(Sociologia Hoje, 2013, p. 03). Entretanto, há uma sequência histórica na constituição do conteúdo que se inicia com a abordagem das sociedades e culturas apresentadas como primitivas, até a exposição de temas contemporâneos da Sociologia, da Ciência Política, Antropologia e sociedades atuais (IDEM). Para explicar a miscigenação brasileira e a questão de raça que Florestan Fernandes também aponta, o livro didático apresenta um tópico sobre como as lutas são constante para a sociedade negra do país.

Florestan Fernandes (1966, p. 412) afirma: –Quando um negro resolvia tentar mudar a situação, os outros se insurgiam contra essa tentativa, e nunca que os negros conseguiram mudar esse estereótipo do analfabetismo e da –vagabundagem‖ inerente a essa raça. Assim, o autor acredita que a luta pela inserção do negro na sociedade deve ocorrer de forma consciente e não de modo forçado.

Desse modo, torna-se importante ressaltar que o livro didático de Sociologia, faz menção à introdução ao pensamento sociológico dos três grandes clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. –A introdução ao pensamento desses autores é de fundamental importância, pois é com base em suas obras que a sociologia se constituiu como disciplina científica distinta das ciências da natureza e das ciências exatas‖. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 15)

Sendo assim, torna-se necessário a articulação entre tema e conceito, nesse sentido, a preocupação é selecionar autores que atuaram e atuam nas diversas áreas de conhecimentos, apontados como tema. Sobre a sociologia o livro didático traz que:

Já vimos que às ciências Sociais pretendem entender cientificamente os fenômenos da vida social. A tentativa de entender as transformações causadas pela mudança das formas de trabalho na sociedade ocidental, decorrente do capitalismo que conduziu a Sociologia para uma reflexão sobre a sociedade capitalista. A Sociologia dedicou-se a entender como a sociedade se estrutura: como produz bens, como os distribui como essa distribuição implica concentração de poder. como o poder reforça ou combate as injustiças, como a forma de produção. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 38)

Não com menor importância, o livro didático de Sociologia apresenta ainda diversos autores. Trata-se de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, filósofos, historiadores entre outros teóricos. Nesse grupo de intelectuais destacam-se alguns escritores brasileiros, que munidos de suas concepções sociológicas, se empenharam em

compreender e explicar a complexa constituição e composição da sociedade brasileira. A contribuição desses autores é de grande representatividade para as Ciências Sociais no Brasil, visto que o principal interesse dessa Ciência durante a década de 1930 era explicar a formação da sociedade brasileira. –Entre os principais intelectuais brasileiros do período estavam Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Nina Rodrigues (1866-1906), Oliveira Vianna (1883- 1951) e o poeta Gonçalves Dias (1823-1864)». (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 77)

Apesar de apresentarem diferentes abordagens, esses autores possuíam o mesmo olhar sociológico sobre a população brasileira. Uma visão que pretendia uma hierarquização das raças. Tal visão resultou no pessimismo com relação ao desenvolvimento do Brasil. Influenciado por esse olhar que inferiorizava a população, surge à política de imigração que estimulava à imigração europeia, com o objetivo do branqueamento do país.

Já nas décadas de 1950 e 1960, a mudança cultural configurava-se como principal interesse por parte dos intelectuais, que estavam preocupados com as mudanças sociais e culturais na sociedade brasileira, decorrentes da urbanização e industrialização do país. É nesse contexto que se destaca o sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, autor para o qual nos direcionamos, a fim de responder o objetivo desse capítulo da pesquisa. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 80)

A Sociologia brasileira, desde o momento de sua institucionalização em 1930, recebeu influência de teorias provenientes de outros países. Analisava-se a sociedade brasileira, tendo em vista as relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas com as sociedades ocidentais capitalistas. A forma que a sociedade brasileira foi constituída confere-lhe feições muito particulares. Essa singularidade exige uma análise sociológica bastante distinta por parte dos intérpretes sociais daquele contexto.

O capítulo 4 do livro didático apresenta a –Antropologia brasileira», abordando sobre os primeiros tempos, –Antropologia e cultura popular», a consolidação da Antropologia brasileira, –Antropologia e relações raciais e Antropologia urbana». Entre os autores apresentados nesse capítulo observa-se apontamentos dos escritos de Florestan Fernandes, bem como da influência da visão sociológica e antropológica desse autor. Principalmente no que tange à preocupação em explicar as realidades do país, por meio de estudos e pesquisas realizadas em sociedades indígenas e grupos raciais. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 87)

Outra importante abordagem sobre as obras, contribuições teóricas e análise sociológica de Florestan, encontra-se no capítulo 9 do livro didático –Sociologia Hojell. O referido capítulo versa sobre a –Sociologia brasileira, para tanto são discutidos temas como: Interpretações do Brasil, a geração de 1930, a escravidão e a questão racial, subdesenvolvimento e dependência econômica e precarização do trabalho no Brasil contemporâneo. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 168)

Na apresentação do tema –A escravidão e a questão racial, do capítulo supracitado é possível observar a importância das obras de Florestan Fernandes, como referência clássica para autores como Fernando Novaes (1933), Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (1931), Silvia Hunold Lara (1955), Célia Maria Marinho de Azevedo (1951), KabengeleMunanga (1942), entre outros. Esses autores, assim como Florestan, buscam enfatizar a influência desses temas para a compreensão e explicação da sociedade brasileira. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 173)

A atuação de Florestan Fernandes como autor e professor titular na cadeira de Sociologia da USP, colocou-o como respeitável formador de um grupo de pesquisadores que desenvolveram pesquisas sobre a Sociologia brasileira. Dentre os quais destacam-se Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 173)

Outro fator importante que vale lembrar, é que as obras de Florestan elencam importantes assuntos como as classes sociais, o subdesenvolvimento, o tema indígena e a metodologia sociológica. Sendo assim, Florestan Fernandes tornou-se referência para a Sociologia contemporânea, dada as contribuições das obras e pensamento sociológico do autor. (IANNI, 2010, p. 39)

Após apresentar a forma como o livro didático é organizado, bem como seu objetivo, autores e temas que compõem o conteúdo desse material didático, passamos então, a abordar algumas categorias que compreendemos ser importantes para composição desse capítulo, dada à amplitude de saberes contidos no livro didático, devido à abrangência de estudos das Ciências Sociais, surge a necessidade de escolhermos duas categorias.

Elegemos como categorias para analisar o livro didático a partir da visão sociológica de Florestan Fernandes, a escravidão e o subdesenvolvimento do Brasil. A escolha dessas categorias não ocorre de forma fortuita, entendemos que se tratam de categorias essenciais para esta análise, tanto no tange ao pensamento sociológico de Florestan Fernandes e Sociologia crítica proposta pelo autor, quanto ao que concerne às Ciências Sociais.

3.3 A Escravidão

A escravidão no Brasil foi uma das ocorrências sociais que sempre esteve presente na análise sociológica de Florestan Fernandes. É possível observar que esse assunto é de extrema importância para o autor, por meio de seus escritos que versam sobre o tema. Portanto, o pensamento sociológico de Florestan Fernandes forma-se diante da observação da sociedade brasileira em processos de transformações nos âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais. Um aspecto que merece especial atenção nas abordagens e escritos do autor é a abolição do sistema escravagista. Para Florestan, essa questão é de grande relevância para analisar a sociedade brasileira, visto que se trata de uma população constituída por desigualdades de classes sociais. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 85)

De acordo com Florestan Fernandes (1966, p. 127), a escravidão configura-se como uma ocorrência social que reflete na ordenação da sociedade no contexto atual. O autor afirma que a desigualdade social está estreitamente ligada com o sistema de escravidão e principalmente com o modo que os negros foram integrados em nossa sociedade composta por classes, após a abolição da escravatura. Nesse sentido, Florestan enfatiza que para melhor compreender essa situação é importante relacioná-la com o mito da democracia racial.

Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. A "questão do negro" não é, apenas, uma "questão social". Ela é simultaneamente racial e social. Além disso, é a pior herança da sociedade de castas e estamentos. Ela trouxe para o presente todas as formas de repressão e opressão existentes em nosso país. É o teste à existência da democracia no Brasil. Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a ideia de uma "democracia racial" representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática. (FERNANDES, 1994, p. 65)

(...), o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como -trabalhador livre ou como -empresário. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco (FERNANDES, 1978, p.88).

É importante salientar que no capítulo 9 do livro didático é apontada a obra, –A Integração do negro na sociedade de classes (1978), por meio do qual Florestan ressalta que a ideia de democracia racial, disseminou a crença de que não existe discriminação social e racial. Tais ideais além de afirmar uma coexistência tranquila entre negros e brancos, propagam convicções de igualdade e oportunidades iguais para todos. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 175)

Florestan Fernandes afirmava que essa concepção é difundida no Brasil até os dias atuais. E são reproduzidos por meio de racismo, preconceito e discriminação. A Alegação do pensamento comum assegura que as oportunidades sociais existem para brancos e não brancos, estas são difundidas fortalecendo ainda mais a crença de que o sucesso ou fracasso do negro está em sua própria condição e capacidade de buscar oportunidades e superar dificuldades.

4. CIÊNCIAS SOCIAIS: INFORMAÇÕES E PENSAMENTO CRÍTICO

Até aqui vimos um pouco do que faz um cientista social. Mas por que o cientista social faz o que faz? Qual o sentido de produzir pesquisas sobre temas tão variados?

A resposta a essas indagações tem duas linhas principais: a utilidade da informação produzida e a utilidade de aprender a pensar criticamente. A primeira linha diz respeito ao impacto social da pesquisa de um sociólogo, de um antropólogo ou de um cientista político. A segunda se refere ao impacto individual que as Ciências Sociais podem provocar nas pessoas e o desenvolvimento de uma forma de pensar essencialmente crítica.

As pesquisas produzem dados sobre realidades que muitas vezes são pouco conhecidas ou conhecidas apenas por meio de estereótipos. Qualquer política pública necessita desse tipo de informação. Numa discussão sobre mudanças no sistema político do país, por exemplo, são fundamentais as pesquisas comparativas elaboradas por cientistas políticos que contrastam o sistema político brasileiro com o de outros países.

Em foto de 2012, intelectuais e ativistas negros acompanham o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da reserva de vagas em universidades públicas, com base no sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília (UnB).



José Cruz/AbrilRadiobrás

(FIGURA 8. Livro Didático Sociologia Hoje, editora: Ática, 2013, p.20).

A obra de Florestan Fernandes preocupou-se em compreender e explicar a sociedade brasileira, constituída por uma população miscigenada, com a presença marcante de indígenas e negros escravizados. Compondo assim, uma profunda desigualdade social e

uma marcante divisão de classes. Para Florestan –A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. (SOCIOLOGIA HOJE, 2013, p. 174)

Ianni (2010), afirma que para Florestan Fernandes a Sociologia deveria considerar a complexidade da sociedade brasileira. Para tanto, seria imprescindível à Sociologia a observação do passado sócio histórico, para compreender as problemáticas sociais do país. Florestan elabora uma interpretação do Brasil considerando a formação, constituição, lutas e desenvolvimento do povo brasileiro. Uma população composta por povos indígenas, africanos, colonizadores portugueses e imigrantes provenientes da população europeia, asiática, entre outros.

... o liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalhos livres e independentes (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixes ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharia, etc) (FERNANDES, 1978, p.19).

Nesse contexto, o negro perdeu sua importância como mão de obra e conseqüentemente o interesse que a classe dominante cultivava por esse povo também se perdera. O que já era previsto aconteceu, os libertos sofreram não apenas tragédia no âmbito material, mas também no aspecto moral. Ao negro liberto fora incumbido à missão de se inserirem se estabelecerem nas posições da nova ordem social.

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 1978, p.29).

Considerando que essa população liberta não possuía uma socialização apropriada para essa emergente configuração social, esses homens livres estariam fadados à herança da escravidão. Sendo assim, havia uma competição desigual entre os homens libertos e os imigrantes europeus, uma vez que os imigrantes possuíam conhecimentos das técnicas necessárias para a inserção no mercado de trabalho.

3.4 O Subdesenvolvimento e a Dependência

Na categoria 4, do capítulo 9 do livro didático é possível observar que Florestan Fernandes não aparece de forma direta (seu nome não é citado), porém, pode-se observar

que suas obras e suas pesquisas sobre a realidade da sociedade brasileira servira de respaldo a Celso Furtado²⁶ (1920-2004) que foi o economista que se atentou e demonstrou os ideais sobre o subdesenvolvimento do Brasil.

O Brasil é subdesenvolvido e foi colonizado basicamente a mesma época em que outros países hoje considerados desenvolvidos. Assim, observa-se a diferenciação entre uns pais e outro em relação ao desenvolvimento que cada qual apresenta. O Brasil na época colonial era mantido a –rédeas curtasll, uma colonização totalmente dependente e –educadall pelo seu colonizador, ou seja, são padrões impostos pela –expansão da civilização occidentall. A economia do Brasil esteve atrelada a economia de outros países da Europa durante o tempo de em que estava colonizado e posteriormente, continuou. (FERNANDES, 1975)

A partir do ponto em que se entende como fora dada a colonização mesmo após a independência em 1822, o Brasil ainda fazia parte de uma classe de país subdesenvolvido –mal formadoll, ou seja, os colonizadores o mantiveram fora do espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas, as exportações de matérias-primas, que é o que fomenta o mercado econômico, como por exemplo, as indústrias automobilísticas eram feita as exportações para o Portugal e pós-independência era feita para a Europa pela elite que explorava a mão de obra barata e que nunca valorizava a matéria-prima produzida no Brasil e extraída pela classe trabalhadora. (FERNANDES, 1975)

[. . .] a influência externa, autenticamente revolucionária aos níveis estrutural e histórico na fase da desagregação do antigo sistema colonial, pois incorporava a economia interna diretamente ao mercado mundial e fixava os núcleos urbanos que iriam servir de fulcro ao crescimento de um mercado capitalista moderno, também pressupunha um *feedback* negativo. O comércio externo constituía o verdadeiro ponto de apoio seja para a manutenção seja para a ampliação de um esquema de exportação e importação que iria servir de eixo para a preservação, o desdobramento e a revitalização de estruturas econômicas, sociais e políticas de origem colonial (FERNANDES, 1979, p.40).

Celso Furtado (1959, p. 79) afirma que o Brasil ter se tornado um país subdesenvolvido tem relação ao desenvolvimento dos demais países e não sobre a forma em que o país é e foi colonizado:

Segundo Furtado, o subdesenvolvimento é uma forma de organização social no interior do sistema capitalista e não uma etapa que antecederia a etapa seguinte.

²⁶Celso Furtado, em seu livro –Formação econômica ll brasileira se preocupa com a economia do passado colonial e chama atenção para a ligação, presente desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial. (Sociologia Hoje, 2015, p. 176)

Segundo esse autor, os países subdesenvolvidos tiveram um processo de desenvolvimento indireto, em função do desenvolvimento dos países industrializados. Assim, o Brasil se tornou dependente de países desenvolvidos, condição quase impossível de ser superada, a não ser por meio de uma forte intervenção do Estado no setor industrial (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p.176).

Ainda segundo considerações desse autor, a questão do subdesenvolvimento do país só seria possível a reversão dessa classe a partir dos –esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização sociall. (FURTADO, 1992, p. 39)

A formação e o desenvolvimento histórico social explicitou para o povo brasileiro os limites do capitalismo na situação de dependência e subdesenvolvimento, que sem romper com a concentração da renda e do poder –naturalizou a segregação social, criando uma ordem social bastante rígida em que o regime de classes parecia reciclar se mesclar ao regime de castas (FERNANDES, 1989, 5).

A contribuição de Florestan Fernandes para a análise sobre o subdesenvolvimento do Brasil está atrelada a agenda de pesquisa²⁷ que o autor desenvolvia na USP quando tinha como assistente Fernando Henrique Cardoso e Octaviano Ianni em meados de 1950 (FERNANDES, 1989).

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1989. p.9).

Em continuidade o livro didático –Sociologia Hoje (2015) traz como tópico a “Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo” que aborda a base a teoria marxista dependente que é a superexploração do trabalho.

As classes altas locais não direcionam grandes investimentos na criação de tecnologia e progresso da ciência, que são monopolizados pelas classes altas dos países centrais, o que possibilitaria auferir sobre o trabalhador a taxa de mais-valia relativa por meio do aumento da produtividade. Assim, retiram do

²⁷O projeto de pesquisa intitulado Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento iniciou as suas atividades no início de 1960. A obtenção de um financiamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) permitiu condições materiais para a realização das pesquisas. Com o crescimento da equipe de assistentes, Florestan decidiu fundar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), que serviria como uma espécie de guarda-chuva institucional para os seus propósitos de estudo da realidade brasileira. Os primeiros trabalhos escritos por Florestan sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão presentes no capítulo II de Mudanças Sociais no Brasil (1959, publicado em 1960) e nos capítulos 8 e 10 de A sociologia na era da revolução social (1962). (IANNI, 1986, p. 03)

trabalhador a mais-valia absoluta, por meio do rebaixamento dos salários e da intensificação do trabalho através do aumento da jornada de trabalho. Rebaixam os salários a níveis em que coloque em risco a sobrevivência do próprio trabalhador. Isto tem vários efeitos sociais, como a falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição, repressão policial e violência (MARINI, 2000, p. 47).

Para contribuir para tentar uma reversão da situação de subdesenvolvido, as indústrias foram espaços para fomentar a o serviço desumano e explorador. A ideia dos burocratas era uma maior produção em menos tempo e gasto, e os trabalhadores não participariam de nenhum lucro com essa produção acelerada, pelo contrario trabalhariam em condições precárias. O neocolonialismo possuiu função importante na revolução industrial²⁸.

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção. (FERNANDES, 1989, p. 243).

O trabalho semiescravo foi normalizado nas indústrias e acontecia costumeiramente com o apoio do governo, os burocratas empresários cobrava dos trabalhadores uma produção acelerada e as condições de trabalho cada vez pior: Essas medidas tiveram como conseqüências centrais o aumento do desemprego formal e, em razão disso, o aumento do trabalho informal, reduções salariais significativas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento político da classe trabalhadora. (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 177)

Os não possuidores de bens dividem-se em duas categorias, entre as quais existe uma vaga gama de transições: os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico (persistentes em maior escala no campo e, com intensidade menor, também nas cidades); os que se assalariam de uma ou de outra maneira, e os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram. A primeira categoria não constitui um –exército industrial de reserva (...). Ela forma, antes, o que se poderia chamar como os condenados do sistema, o setor humano marginal de sua origem econômica (FERNANDES, 1978, p. 65).

²⁸ A importância das economias coloniais para o desenvolvimento do capitalismo na Europa foi explicada, de maneiras diferentes, por A. Smith, Hobson, Weber, Sombart, Williams, Baran, etc.; as conseqüências e caracterização, adotadas na presente interpretação, foram inferidas empiricamente dos estágios socioeconômicos e culturais de desenvolvimento da América Latina. Sobre as diferentes tendências da influência econômica européia na América Latina, cf. esp.: Economic Commission for Latin America, *External Financing in Latin America*; Nova York, United Nations, 1955 (parte I); Raymon Bertran e outros, *La Participación de Europa en el Financiamiento del Desarrollo de América Latina*, Banco Interamericano de Desarrollo, s. d. (FERNANDES, 1979, p.6).



Figura 9. Charge apresentada no Livro Didático Sociologia para os alunos refletirem sobre a superexploração do trabalho. (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p.178)

O livro demonstra de forma bem objetiva o quanto os trabalhadores da época eram coagidos a trabalharem muito e sem nenhum benefício. Com esse descaso com os trabalhadores formais acontece uma grande reorganização, passando os trabalhadores formais trabalharem em grandes centros comerciais com isso até nos dias atuais pode-se encontrar esse tipo de trabalhadores e isso foi graças a exploração dos trabalhadores.

A formação de uma desigualdade abismal como a brasileira, e também latino-americana, encontra explicação, em parte, na inserção que temos na economia internacional. Somos basicamente produtores de commodities que beneficiam, principalmente, o setor externo. A mais-valia, mesmo que produzida aqui, é apropriada em sua maior parte pelo setor estrangeiro, numa gigantesca transferência de valores baseada numa troca extremamente desvantajosa para os países dependentes. A classe dominante brasileira se insere no processo de acumulação de maneira subalterna, enquanto a maioria da população se encontra marginalizada. Ainda hoje, grandes setores da sociedade brasileira sobrevivem pelo subemprego, trabalho informal, etc (MOTTA, 2012, p.13).

Assim, pode-se concluir que a industrialização que ganhou força em meados de 1960 auxiliou mais o desenvolvimento capitalista do que o desenvolvimento do país, tendo em vista a exploração.

Ruy Mauro Marini desenvolveu o conceito de superexploração do trabalho para explicar o fato de que a burguesia nacional dos países periféricos, mesmo após a

industrialização, tornou-se sócia minoritária do capital transnacional. Para compensar, ela se valeu de mecanismos extraordinários de exploração da força do trabalho, que visavam ampliar a mais-valia extraída do trabalho. O resultado foi a realimentação da dependência, mesmo com a industrialização interna (TOMAZI, 2013, p.297).

A desigualdade social foi gritante nesse período, visto que os trabalhadores ou estavam em empresas trabalhando em péssimas condições até mesmo doentes, ou estavam na rua desempregados e marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou enfatizar a importância das obras e da Sociologia crítica de Florestan Fernandes presentes no livro didático de Sociologia. Em primeiro ponto, procurou descrever a vida e obra do autor, haja vista que através desta já se extraía a fundamentação de que a vida em sociedade do próprio Florestan já fomenta todo um conceito sobre a luta pela educação gratuita e de qualidade, bem como, fatores que excluem uma classe da sociedade e privilegia uma elite social. A vida de Florestan Fernandes revela uma classe social baixa e marginalizada. Com isso, pode-se perceber que as classes sociais desde a colonização do Brasil, apesar de uma vasta e longa história de formação mais humanitária ainda, nos dias atuais, refletem o contexto de exclusão do pobre e do negro da sociedade, e conseqüentemente da escolaridade desse grupo.

O sistema educacional brasileiro avançou muito desde a colonização, era imperial, e ditadura militar. Com o advento da CF/88, é possível ver que a educação faz parte da formação social de boa parte da população. Ocorre que ainda é bastante deficiente, devido à falta da efetividade das políticas públicas de melhorias à educação pública. Neste contexto buscou-se neste trabalho abordar questões que Florestan Fernandes citou em suas obras expostas nesse trabalho: –Capitalismo dependente e periférico, revolução burguesa, educação emancipadora. (FERNANDES, 1981)

Outro fator que vale destacar é a problemática sobre desigualdade econômica que fomenta a cultura preconceituosa, racista e afastadora, uma vez que o Brasil construiu uma sociedade dependente do capitalista (seja Intra ou Extra-nacional), sendo assim, o preconceito, racismo e a inclusão social, é assunto que demanda muita discussão e reparação em nossa sociedade. Buscou-se ainda enfatizar os desafios encontrados pelos educadores/cientistas da disciplina de sociologia, destacando as ações pedagógicas que propõem um diálogo de inclusão social e efetivação da cidadania.

Em relação à sociologia crítica proposta por Florestan Fernandes, podem-se destacar dois viés de militância e luta: A institucionalização da sociologia enquanto disciplina escolar, como mecanismo de emancipação do educando por meio de análise crítica reflexiva dos aspectos sócios históricos; e a visão sociológica de Florestan que analisa a sociedade considerando o modo de sua formação, constituída sob o sistema de classes sociais. Nesse sentido, a luta política de Florestan Fernandes se desenvolve em defesa da inserção social do negro e da classe menos favorecida.

O livro didático –Sociologia Hojell funda-se principalmente na sociedade, objetivando encaminhar o aluno a um pensamento –independentel sobre todas as questões da realidade social, proporcionando uma visão do passado e seus impactos nos dias atuais. Assim, o livro didático configura-se como um mecanismo de emancipação do pensamento crítico, visto que propõe uma liberdade de pensamento dos alunos a partir de indagações (atividades) propostas nos livros.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, 3ª edição, Paz e Terra. 1947.

ALVES, A. I. Celebrando Florestan Fernandes e a questão da educação brasileira. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista. v. 6, n. 9, p. 169-186, jul./dez, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/432/459>. Acesso em: 10/03/2018.

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. SP; Parábola. Editorial, 2007. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-livro-didatico-na-pratica-pedagogica/137503#ixzz5FVHhHot9> , acesso em: 20/04/2018.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: a Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, F. A educação e seus problemas. 4. ecl. São Paulo: Melhoramentos, s.d. Tomo I. 2011.

BENÍCIO, Edgard Ricardo. Florestan Fernandes e a Função da Educação na Construção de uma Nova Ordem Social. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/viewFile/1849/1478> , acesso em: 06/04/2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Centro de Documentação e Informação, coordenação de publicações, 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, Acesso: 20/04/2018.

_____. Secretaria da Educação Básica. OCEM (Orientações Curriculares para o Ensino Médio) – Ciências Humanas e suas tecnologias. Volume 3. Brasília, DF. 2006.

_____. Secretaria da Educação Básica. Guia de Livros Didáticos: PNLD 2015 - Sociologia: Ensino Médio. Brasília, 2014.

CARMINATI, Celso João. Formação e ensino de filosofia. In: MATOS, Junot Cornélio. 2009.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. La construcción de conocimientos, cuestiones de teoría y método. México, Ed. Era, 1996.

COAN, Marival. A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho. (tese de doutorado). UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 2006.

DESTERRO, Fábio Braga do. Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio. Rio de Janeiro, 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

DEFFACI, Fabricio Antonio, FETZ, Marcelo Fetz, FRANÇA, Carlos Eduardo. SUJEITO DA CIÊNCIA E SUJEITO DA AÇÃO POLÍTICA: o diálogo de Florestan Fernandes com o discurso epistemológico moderno. Revista de Ciências Sociais. 2017, p. 201-205.

DO CARMO, Rachel Aguiar Estevam. As Etapas do Desenvolvimento Capitalista no Brasil, disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/t , acesso em: 10/04/2018.

DORNELLES, A. P. L. Educação democrática e a questão racial em Florestan Fernandes. Revista On-Line E-Hum – Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH. 2010. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/393> . Acesso em 10/03/2018.

DURKHEIM, Émile. (1984), As regras do método sociológico. 11 ed. São Paulo, Editora Nacional. 1993.

FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difel, 1960a. . Ensaios de sociologia geral e aplicada. São Paulo, Pioneira, 1960.

_____. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.

_____.Capitalismo Dependente nas classes sociais da América Latina. 1981.

_____. A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo-SP, Ática, 1978.

_____. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

_____. A sociologia no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1989.

_____.A questão da USP. São Paulo, Brasiliense, 1995.

_____. Consciência negra e transformação da realidade. Câmara dos Deputados. Brasília. 1994.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. São Paulo: Moraes, 1987.

GOODSON, Ivor F. Currículo:teoria e história. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes: sociologia. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Estado e Capitalismo (Estrutura Social e Industrialização no Brasil). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2010.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. Contexto Atual do Capitalismo: Retornando aos Conceitos de Desenvolvimento Desigual e Combinado; Capitalismo Dependente; Mundialização Financeira; e Acumulação Flexível. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo5_20131.pdf, acesso em: 09/04/2018.

JINKINGNS, Nise. Ensino de Sociologia: Particularidades e Desafios Contemporâneos. Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan/jun. 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética de la dependencia*. México, DF: Ediciones Era, 1973.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802018000100137&lang=pt, acesso em: 12/04/2018.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Machado. Igor José de Renó; Amorim. Henrique; Barros, Celso Rocha de. Sociologia Hoje. São Paulo: Ática, 2015.

MELLO, José Luiz. Bica de Florestan Fernandes; o testemunho de uma vida, p. 4 - 5, 04 out. 1995 RS-São Leopoldo Informativo Adunisinos. 2006.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Campinas, Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas. 2014.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando mitos: as relações entre raça e classe na obra de Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado, IFCH- Unicamp. Campinas- SP, 2012.

NOBRE, I. S.; MAIA, L. A. A educação segundo Florestan Fernandes. Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2010. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/1a1f5179a20291f786451d464ccb8289_1. Acesso em 12/02/2018.

NUNES, J. A. Da democracia técnica à cidadania cognitiva: a experimentação democrática nas — Sociedades de Conhecimento. 2011.

LEHER, R. ; SILVA, S.M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. Universidade e Sociedade n. 54, 2012.

LÊNIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. (3ª ed.). São Paulo: Centauro, 2005.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. *Rev. katálysis* [online]. 2017, vol.20, n.3, pp.353-362. ISSN 1982-0259. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p353>, acesso em: 12/04/2018.

_____. *Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2013.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUDB-8C5P8Q/texto_completo_a_inf_ncia_tecida.pdf?sequence=2, acesso em: 21/04/2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense. Disponível em:

ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO. *Conhecimentos de Sociologia*. In: *Ciências humanas e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica*. Autores: Amaury César Moraes, Elisabeth da Fonseca Guimarães & Nelson Dácio Tomazi. 2008.

ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN+, Ensino Médio, Ciências Humanas e suas tecnologias). MEC. 2000.

PAIVA, Luiz Fábio S. *Contingências da violência em um território estigmatizado*. Campinas: Editora Pontes, 1991.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAES, Décio. *Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2001.

SANTOS, Mario Bispo dos. *A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília – DF. 2002.

_____. *Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum*. *Percursos*, v.13, n.1, p.40-59, jan./jun. 2012.

SILVA, Ileizi L.F. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002)*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2006.

SOARES, G. Suely. *Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação – otimismo exacerbado e lucidez pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Rosa Emília Souza. *Uma Sociologia Transformadora? Uma reflexão sobre a proposta de Florestan Fernandes em relação à sociologia*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS. 2015.

SOUZA, Maria das Dores de. Identidade e docência: o saber-fazer do professor de Sociologia das escolas públicas estaduais de Picos – PI. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN. 2013.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. In: BRITO, Silvia Helena Andrade; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). A organização do trabalho didático na história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: as marcas do período. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Coord.). A abertura para o mundo (1889-1930). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010) 1998.

TOMAZI, N. D. Sociologia para o Ensino Médio. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TROTSKI, Leon. História da Revolução Russa. Primeiro Volume: A Queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VIEIRA, Roberto Atila Amaral. Homenagem a Florestan Fernandes. Brasília - DF : Partido Socialista Brasileiro 2016.

WEBER, Max. (1960), -La moraleéconomiquestes grandes religions. Archives de SociologiesReligions, 9: 7-30 (1ª ed. 1969).